

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 25 | Nº 246 | AGOSTO DE 2020

ENTREVISTA

Para Eduardo Moreira
o capitalismo precisa de freio
e impor limites é papel do Estado

COMPORTAMENTO

A condição de desalento atinge
milhões de brasileiros que formam
um exército de desesperados



Desmatamento e grilagem começam em Brasília

A derrubada da mata e a invasão ilegal de terras no Brasil historicamente estão relacionados ao poder central, aos políticos, a empresários influentes e à corrupção, tanto na época do Império como durante diversos governos

EDITORIAL

04 ENTREVISTA

Para Eduardo Moreira o Estado precisa servir de freio ao capitalismo.

08 COMPORTAMENTO

Desalento sai das estatísticas de desemprego para se tornar um sentimento geral.

11 WEISSHEIMER

Queremos voltar à normalidade que existia antes do surgimento do novo coronavírus?

12 MOVIMENTO

Movimento de torcedores antifascistas e gourmetização do futebol em debate.

14 AMBIENTE

Como funciona o sistema de grilagem de terras e devastação de florestas no Brasil

18 ENSINO PRIVADO

Aprovadas as propostas para educação básica e superior e cenário de demissões no estado

23 ROLIM

Análise sobre polícia moderna e seu papel social: a polícia necessária e a polícia que temos.

24 ARTE +

Um jovem rapper que vive em uma comunidade indígena: "aldeia também é periferia".

Um Brasil em desalento

Eduardo Moreira, nosso entrevistado do mês, recebe críticas de setores da direita, da esquerda e também de centro. Lançou a hashtag *Somos 70 por cento*. Em 2016 foi listado como um dos "três melhores economistas do Brasil" pela revista *Investidor Institucional*. Moreira falou ao *Extra Classe* sobre seus livros publicados, relacionando ao momento político assuntos que conhece bem: investimentos, economia do desejo e um tema que lhe é caro, a desigualdade social. Fala também de sua proximidade e admiração pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e explica por que o capitalismo precisa de freio do Estado.

Nossa equipe de reportagem foi às ruas e flagrou que desalento é muito mais do que um termo que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consagrou como a parcela da população que desistiu de procurar emprego. Desalento também passa a ser um sentimento geral. Uma marca de época. Um reflexo na população da falta de perspectivas ante à depressão social e econômica. Uma depressão que se inicia com a pandemia e se agrava pelos desmandos e pela ineficácia das políticas do governo brasileiro para minimizar os efeitos devastadores da proliferação do coronavírus.

Quando apoiadores do presidente Jair Bolsonaro estavam nas ruas pedindo o fim do iso-

lamento social, o fechamento do Congresso, do STF e a volta de uma intervenção militar, torcedores dos mais variados times de futebol brasileiros foram os primeiros a sair no meio da pandemia para enfrentar os atos. A reação dos amantes do futebol autodenominados 'antifas' foi fundamental para refrear os que bradavam por atitudes classificadas como fascistas e antidemocráticas. Comentaristas de futebol, historiadores, cientistas sociais, integrantes

dos movimentos e jornalistas ligados ao esporte analisam o tema.

Nas nossas páginas centrais uma reportagem inédita, que mostra como, a partir de Brasília, empresários, políticos e governantes hoje e historicamente saqueiam terras públicas e reservas indígenas de forma criminosa. Lavagem de gado, desmatamento ilegal, flexibilização de leis, queimadas, sabotagem à fiscalização formam um conjunto perverso de ações que resultam

em crimes contra o meio ambiente, contra populações nativas e contra a própria nação para favorecer uns poucos muito ricos e influentes empresários.

Esses e outros assuntos fazem parte da edição de agosto do *Extra Classe*. E ainda nossos colunistas, Verissimo, Marco Weissheimer, Fraga e Marcos Rolim, além dos quadrinhos de Rafael Corrêa e Edgar Vasques.



EXTRA CLASSE - ORG - BR

REDAÇÃO: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Cristina Ávila, Daniel Andrade Geraldi, Flávio Ilha, e Marcelo Menna Berrato

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Lígia Halmenschlager

Comercialização: Denise Benites 51. 4009.2981 e 51. 99774.1615
denise.benites@sinprors.org.br

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

extraclasse.org.br fb.com/jornalextraclasse

Contaminação pelo ar

Deu no New York Times. Novas evidências mostram que partículas muito pequenas e que se propagam pelo ar são bem mais importantes no processo da infecção do que considerado até então. Ambientes ventilados, uso de máscaras e distanciamento entre as pessoas seguem sendo essenciais para evitar a Covid-19.

Curva ascendente

A curva de novos casos confirmados de coronavírus no Brasil reverteu a tendência de queda, e, desde a última semana de julho, voltou a subir. De acordo com o Laboratório de Inteligência em Saúde (LIS) da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), em Ribeirão Preto, compilados a partir de estatísticas do Ministério da Saúde revelam que o número de casos confirmados de Covid-19 está em trajetória ascendente — e “deve continuar assim”, diz Domingos Alves, coordenador do LIS. O fenômeno deve-se a três fatores: interiorização da doença, crescimento da contaminação do Sul e Centro-Oeste e o avanço da pandemia em Minas Gerais.

Longe do fim

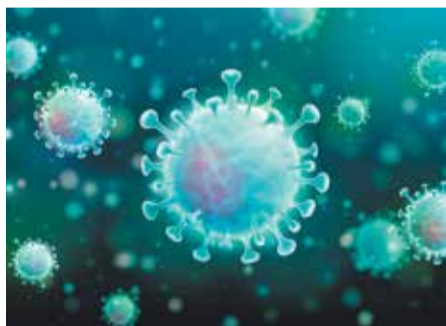


Foto: Freepix

Levantamento realizado pela agência de notícias Reuters reforça a tendência de alta. Quase 40 países, incluindo o Brasil, registraram recordes diários de infecções por coronavírus em julho. A alta foi puxada por Estados Unidos e Brasil, que responderam por quase a metade das novas infecções. O número de casos vem aumentando não apenas em países como Estados Unidos, Brasil e Índia, mas na Austrália, Japão, Hong Kong, Bolívia, Sudão, Etiópia, Bulgária, Bélgica, Uzbequistão e Israel, entre outros.



SANTIAGO

Professores Solidários amplia doações a partir de agosto

A campanha *Professores Solidários*, lançada em abril pelo Sinpro/RS, estabeleceu uma rede de solidariedade que distribuiu centenas de cestas básicas para as comunidades mais vulneráveis de Porto Alegre e da Região Metropolitana e professores que ficaram sem emprego e renda em função da pandemia de Covid-19.

Devido à extensão do isolamento social que mantém as instituições de ensino fechadas para atividades presenciais, o Sindicato decidiu ampliar a iniciativa a partir de agosto, com atenção redobrada aos docentes — especialmente às professoras da educação infantil — atingidos pela crise.

A iniciativa, que a princípio era de caráter emergencial, já tinha sido prorrogada em junho e, com o agravamento da pandemia no estado, deverá aumentar a arrecadação de recursos para aquisição de cestas básicas, roupas, calçados, cobertores e insumos a serem doados para quem mais necessita, explica a diretora do Sinpro/RS, Cecília Farias. “Decidimos manter o projeto até o fim da pandemia. Nessa nova etapa da *Professores*

Solidários, a proposta é sensibilizar os professores e a comunidade a contribuir e participar dessa mobilização para a aquisição de mais cestas básicas”.

COMO PARTICIPAR – Na nova fase da campanha, além de participar pelo site *Vakinha On-Line* (www.vakinha.com.br/vaquinha/professores-solidarios) será possível contribuir por meio de depósito em conta (Banrisul, agência 0100, conta-corrente 06.253.0242-2). Será

formada uma comissão de professoras e professores já beneficiados pela iniciativa para acompanhar a destinação dos recursos arrecadados.

Até agora, as arrecadações superaram a meta inicial, fixada em R\$ 30 mil em contribuições através do site especializado em campanhas do gênero. E as doações não param por aí. No dia 30 de julho, as doações somavam R\$ 32.282,00, com a adesão de 361 pessoas.

Foto: Igor Sperotto



Comunidade indígena em Santo Ângelo foi beneficiada pelo programa

O capitalismo precisa de freio



Foto: Daniele Sampaio

por Marcelo Menna Barreto

Eduardo Moreira era um ilustre desconhecido das esquerdas até os debates no Congresso sobre a Reforma da Previdência. Uma exposição sua no Senado contrapondo a proposta de Paulo Guedes acabou viralizando e municiou de argumentos muitos ciberativistas que combatiam a proposta do ministro.

Àfinal, um ex-banqueiro de investimentos, com uma trajetória acadêmica invejável, dizia em público que a ideia do governo era uma falácia.

Recentemente ele tomou conta novamente das redes sociais. Ao lançar o movimento *Somos 70 por cento*, que destaca que a maioria do Brasil desaprova a política de Bolsonaro, acabou tendo um protagonismo que afirma não ter: "Eu lancei um *hashtag*", diz.

Listado em 2016 como um dos "três melhores economistas do Brasil" pela revista *Investidor Institucional*, Moreira fala nessa entrevista sobre seus livros publicados pela Civilização Brasileira onde escreve críticas sobre assuntos que conhece bem: investimentos, economia do desejo e um tema que lhe é caro, a desigualdade social.

Registra também sua admiração pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e, pego de surpresa, diz que o capitalismo precisa de freio.

Extra classe – Você surpreendeu muita gente quando rebateu fortemente no Senado a proposta de Reforma da Previdência de Paulo Guedes. Como chegaste àquela sessão e quais foram suas motivações?

Eduardo Moreira – Foi um vídeo que eu gravei e postei sobre a Reforma da Previdência que criticava uma entrevista do Paulo Guedes ao *Estadão*, onde ele falava mais ou menos o seguinte – “não, na verdade a gente colocou ali pra cortar o valor do BPC pela metade e mudar a idade da aposentadoria rural, mas aquilo ali foi só pra gente poder negociar”. Eu fiquei meio horrorizado com aquilo. Eu vi essas pessoas que ele está falando, que colocou pra negociar. São pessoas que vivem no limite da sobrevivência. São pessoas que vivem uma situação caótica de miséria. Aí este vídeo viralizou e o senador Paulo Paim (PT-RS) me chamou para ir participar de um debate na Comissão de Direitos Humanos.

EC – Você disse que viu as pessoas que estavam sendo “negociadas”. Como assim?

Moreira – Na verdade, eu tinha começado a estudar desigualdade. Vivi várias experiências morando em acampamentos e assentamentos do MST e comecei a gravar vídeos comentando temas correlatos à questão. Um deles foi esse do Guedes. Quando eu li a entrevista dele, passei por debaixo de um daqueles viadutos no centro de São Paulo, com um monte de gente escovando os dentes com aquela água que passa do lado da guia. Gravei um vídeo bastante inflamado em relação a isso.

EC – Até então você era um nome desconhecido de grande parte do chamado campo progressista. Era o ex-sócio de um banco promissor, o que trazia credibilidade ao combate ao intento neoliberal do governo. Em algum momento se sentiu um peixe fora d’água?

Moreira – Até hoje eu me sinto um pouco assim. Quando começa essa discussão da desigualdade, começa a virar uma discussão muito pessoal, de partidos e coisas assim. E isto muitas vezes é estranho. Por exemplo, eu briguei com

um monte de gente nessa questão agora da ajuda do Banco Central para os bancos. Eu fui completamente contrário e tinha até muitos economistas de esquerda que eram a favor. No começo foi muito difícil. O pessoal do sistema financeiro me achava um traidor e o da esquerda não confiava. Ou seja, eu perdi amigos antigos e nem tinha dado tempo de fazer amigos novos.

EC – Essa pergunta é porque, me parece, que existe realmente de uma parte da esquerda aquela desconfiança que você fala. Logo após que surgiu o Somos 70 por cento, vi numa rede social uma pessoa dizendo que gostou de um vídeo do movimento e, após ter compartilhado, caiu “num funil de vendas” seu, que você o queria “educar em finanças”, mas que, no fundo, você queria mesmo o dinheiro dele. O que me diz disso?

Moreira – Todo mundo pode falar o que quiser. Ainda mais hoje que você tem as redes sociais, né? Graças a Deus, falar é super livre. Mas, na verdade, eu lancei numa live esse Somos 70%. Isso tomou uma proporção com vários grupos no *Facebook*, *Instagram* etc., que eu nem faço parte da coordenação. Nem sei quem toca esses grupos. É um negócio absolutamente descentralizado. Eu lancei uma *hashtag*, na verdade. As pessoas que estão vendo os meus cursos é sinal de que em algum momento elas me pesquisaram, entraram nos meus sites e os algoritmos fizeram elas verem os meus cursos.

EC – Me fale um pouco deles.

Moreira – Eu vivo de vender educação financeira. É o meu negócio. Eu ensino para as pessoas como funciona o mercado financeiro. Eu não prometo nenhuma fórmula pra alguém ficar rico, ficar milionário. Pelo contrário. Eu desmonto essas fórmulas e ensino como as pessoas são enganadas no mercado financeiro. No ano passado eu tive 560 mil alunos gratuitos e tive 30 mil alunos pagos. Então os meus alunos pagos financiam os meus alunos gratuitos.

EC – Ranço de esquerda?

Moreira – Eu não tenho uma propaganda. Eu não tenho pa-



Arte: Fabio Edy Alves sobre fotos de Igor Sperotto

Eu acho que o capitalismo é indomável. Então, no capitalismo tem que se colocar restrição. Não adianta acreditar que as pessoas vão buscar um capitalismo consciente

trocínio, não monetizo os meus vídeos no *Youtube*; meu site não tem *banner*. Então, assim, eu não conheço nenhuma estrutura – nem de esquerda – mais purista do que a minha. Eu entro em site da esquerda e vejo propaganda de venda de relatório desses que ensina a ficar milionário. No meu, não tem isto. Agora, que tem gente da esquerda que fica incomodada quando chega uma coisa nova, isto tem. São os donos dos feudos, não é? Então, por incrível que pareça, tem gente na esquerda que não quer que nada mude. A não ser se mudar pra ela ficar no poder. Na verdade, ela não quer um novo modelo. Ela quer tomar o poder. Essa pessoa também é adversária daquilo em que eu acredito como uma sociedade mais justa.

EC – Você poderia citar um exemplo?

Moreira – Cara, eu acho besteira citar um exemplo específico. É comprar uma briga ruim. A provocação é mais importante do que uma acusação pessoal. É melhor todo mundo pensar: “Será que ele está falando de mim?”. E todo mundo se questionar se faz parte desse grupo. A pergunta deve ser: o projeto pelo qual eu luto é meu ou é nosso?

EC – Em seu livro *Desigualdade & caminhos para uma sociedade mais justa* você afirma que

o maior problema do mundo é a desigualdade. Mas, não a desigualdade do senso comum, a história de “uns terem muito mais do que os outros” ou, até mesmo, “injustiça”. Afinal, o que é desigualdade para você?

Moreira – A desigualdade para mim é a gente ter uma sociedade onde existe uma dependência enorme e, em alguns casos, total, daqueles que não têm acesso ao capital, que são a maioria, em relação àqueles que concentram quase todo o capital, que são a minoria. Essa é a desigualdade que mais preocupa. Porque se você tem uma desigualdade onde aqueles que têm menos ainda têm condição, capital necessário, de caminhar sozinhos para poder criar, pra poder arriscar, pra poder tentar, pra poder seguir os talentos que eles têm, até dá pra administrar.

EC – Em que sentido essa desigualdade que citou preocupa mais?

Moreira – São dois motivos. Um, ela mantém uma relação de dependência e de quase escravidão daqueles que não têm em relação àqueles que têm; dois, ela não permite – como sociedade – nos tornarmos cada vez mais fortes, explorarmos o potencial para que as pessoas nasceram. É como aquela história bíblica, né? Ela (a desigualdade) faz com que vários talentos estejam

ENTREVISTA

enterrados em vez de serem colocados em prática. Ou seja, aquele que nasce com o talento pra ser escritor, tem que ser escritor; violinista, ser violinista; médico, ser médico, sem ter que entregar comida pedalando bicicleta 12 horas por dia.

EC – Já no O que os donos do poder não querem que você saiba, você fala que o capitalismo é “um modelo que depende intrinsecamente da desinformação em massa”. Pode nos falar resumidamente aqui quais são as “duras verdades que os ricos e poderosos buscam esconder?”

Moreira – Eu dou um exemplo no livro. Digo que a vida é igual a um truque de mágica. As pessoas que têm o poder chamam a nossa atenção para tudo que não tem a menor importância, para não prestarmos atenção naquilo que tem importância de verdade. No mercado financeiro é muito isto. Você está feliz porque você está achando que “agora a corretagem é zero” e daí vai lá operar no banco e não vê que dentro dos produtos que você está comprando é praticado uma taxa muito maior do que a corretagem que te era cobrada antes. Você vai lá e compra um título de capitalização, que é um negócio absurdo, e fazem você pagar uma taxa enorme pro banco sem saber. Você vai lá e compra um seguro de vida achando que está fazendo um plano de previdência, porque o cara te vende falando que você está fazendo uma previdência.

EC – É como aquela história da carta escondida na manga.

Moreira – Então, essa desinformação que é a que mais me preocupa. Tivemos agora o evento da XP que contratou a Malala pra falar. Caramba! Se a XP quisesse mudar o mundo, em vez de apresentar a

Malala, teria um comportamento diferente no mercado financeiro. Não fazia um monte de gente pagar tarifas gigantescas e fazer o povo ficar pobre da noite pro dia porque arriscou mais do que poderia. Então, assim, eu acho que a gente tem uma propaganda que serve a esse mercado. Uma propaganda que quer perpetuar essa atuação absolutamente injusta e covarde.

EC – Falando agora no seu recente trabalho, Economia do desejo – A farsa da tese neoliberal. Você faz uma diferenciação entre necessidade e desejo na economia. Em síntese, qual é essa diferença?

Moreira – Necessidade é aquilo que a gente precisa pra viver com dignidade. Por exemplo, no frio a gente tem necessidade de se aquecer; você precisa morar, daí a necessidade de ter um teto; precisa comer, tem necessidade de se alimentar. Agora, dentro do se alimentar, pra começar a mostrar a diferenciação, você pode entrar no desejo. Mas, vem cá: eu já estou alimentado, mas tem aqui um presunto cru que custa R\$ 200 o quilo. Não, mas calma aí, que dentro desse presunto tem um presunto cru da Itália que é feito com um porco que é amamentado desde pequeno que custa R\$ 500; tem o caviar Beluga que custa R\$ 10 mil. Então, o desejo não tem fim. Ele não tem limite. Porque o caviar Beluga vai ter a safra, sei lá, 2017, que tomado com uma *Veuve Clicquot* fica melhor. Enfim, a economia do desejo é aquela que, por definição, não pode saciar aquilo que as pessoas querem. Porque os desejos, todos os textos falam isso, não são saciáveis. Eles têm uma natureza infinita.

EC – O que essas diferenças apontam para seu entendimento sobre desigualdade?

Moreira – Uma economia que se baseia no lucro, propositalmente se baseia no desejo e não na necessidade. Se fosse baseada na necessidade, as pessoas chegariam num dado momento em que elas, satisfeitas daquilo que precisavam, começariam a ser solidárias. A economia do desejo não pode ter esse sentimento de solidariedade preponderando porque o sentimento de solidariedade preponderando atrapalha o lucro. O lucro vem de você vender uma solução pra uma necessidade que você cria.

EC – Sobre o MST, você tem dito que eles desenvolveram uma economia cuja base é similar à dos países nórdicos, que têm alto índice de desenvolvimento humano. Como assim?

Moreira – O que eu digo é o seguinte: na social democracia você tem muita preocupação com a distribuição da renda, com o pleno emprego, com a universalização da saúde e da educação. E nesses lugares do MST a maior preocupação que vi é exatamente com essas questões para que ninguém seja deixado para trás. Ou seja, o combate à pobreza é feito através da distribuição ali. Você vê a preocupação com a educação sendo brutal. Quando chegam num acampamento, a primeira coisa que é construído ali é uma escola, antes até da casa das pessoas. Você vê essa preocupação com a qualidade de vida das pessoas e esse sentimento de coletividade, de representatividade. As sociais democracias vieram dos pequenos agricultores, dos pequenos trabalhadores, dos sindicatos, todos eles assumindo posições importantes no poder e dando representatividade àquela que era a população de verdade, que levava os países nas costas.

EC – Mas o MST é meio que demonizado como comunista, não?

Moreira – Então, assim, eu acho que você tem muito mais do MST parecido com isto, com a social democracia, do que as pessoas acham que tem de parecido como um lugar comunista, onde você toma todos os bens. No MST não. As pessoas têm sucessos diferentes, uma consegue ter uma produção que dá mais certo do que a outra; outra tem uma casinha um pouco melhor do que a outra. As pessoas conseguem construir patrimônio ao longo do tempo. Então tem muito menos de comunismo do que as pessoas imaginam e muito mais de social democracia. E isto me foi dito por um europeu que estava trabalhando no MST como consultor da agroindústria que eles têm de leite. Então, não foi nem dito por mim.

EC – Em 2012 você foi homenageado no Castelo de Windsor pela Rainha da Inglaterra por difundir o método da doma gentil de cavalos. Para finalizar, dá para domar gentilmente o capitalismo?

Moreira – Putz! Acho que não tem como domar, sabe? Eu acho que o capitalismo é indomável. Então, no capitalismo tem que se colocar restrição. Não adianta acreditar que as pessoas vão buscar um capitalismo consciente etc. É claro que se a gente seguir uma trajetória de espiritualidade, de auto-desenvolvimento, de autoconhecimento, daqui uns 500 anos talvez a gente esteja mais evoluído internamente. Mas hoje em dia o capitalismo precisa de freio. Freio! Se você não colocar limites no capitalismo ele funciona na regra da Economia do Desejo. A regra onde o objetivo é você ter mais, independente de quanto você tenha. E quando você tem recursos escassos e finitos, isso nunca acaba bem.



Direitos, convênios e principais serviços do Sinpro/RS

Vai no App que têm!

Baixe o aplicativo do Sinpro/RS. É rápido, prático e cheio de vantagens.

GET IT ON Google Play

Download on the App Store

Reforma Tributária de Guedes cobra de quem tem menos

A Reforma Tributária de Guedes cobra mais da sociedade e facilita privatizações com dinheiro da Previdência, diz a tributarista Maria Lucia Fatorelli. O ministro da Economia Paulo Guedes entregou ao Congresso Nacional a primeira fase da proposta de Reforma Tributária, referente à criação de uma nova contribuição social que incidirá sobre operações com bens e serviços, a CBS. Para a colunista do Extra Classe, apesar da propaganda de que estariam promovendo uma grande simplificação e facilitando a vida do contribuinte, na prática, a proposta provocará aumento da carga tributária e a simplificação é pífia, tendo em vista que a nova CBS engloba apenas duas contribuições sociais já existentes: a Cofins (contribuição para o financiamento da Seguridade Social) e PIS/Pasep (contribuições para os programas de integração social e formação de patrimônio do servidor público).

Foto: Michel Jesus / Câmara dos Deputados



Reforma Tributária de Guedes cobra mais da sociedade e facilita privatizações

REPORTAGEM

Mortes por Covid-19 em hospitais psiquiátricos do RS

Servidores relatam contaminações de profissionais da saúde e de pacientes e diversos óbitos em duas instituições de Porto Alegre onde não há EPIs nem barreiras sanitárias. Secretaria da Saúde contesta. O Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) e o Hospital Colônia Itapuã estão enfrentando dois surtos de infecção pelo novo coronavírus que já causaram sete mortes de pacientes. No São Pedro, há registro de 50 casos de Covid-19 entre os cerca de 450 internos e duas mortes foram confirmadas até o final de julho. O hospital abriga doentes crônicos de saúde mental.



Foto: Divulgação

Hospital Colônia Itapuã

Extra Classe nas Redes Sociais

Aproveite para seguir o *Extra Classe* nas redes sociais. O jornal tem perfis nas principais plataformas e conta com milhares de seguidores. Acompanhe, curta e compartilhe.



@jornalextraclasses



@jornalextraclasses



@extraclassesjor

Crescimento em julho

As visitas ao site do jornal *Extra Classe* cresceram 145% no mês de julho. O aumento se deu em comparação ao mesmo período de 2019. Ao todo, neste ano, foram 265 mil acessos. Nos últimos anos, o *Extra Classe* tem expandido suas ações no ambiente virtual, com a produção de conteúdo exclusivo além de materiais extras às reportagens da edição impressa.



MAIS LIDAS

1- Supremo decide sobre idade para ingresso no ensino fundamental.

2- Senado aprova ano letivo com menos de 200 dias e carga mínima de 800 horas.

3- Verissimo pergunta: vem aí mais barbárie?

4- Erro de militares causa prejuízo de 273 milhões.

5- Paciente tratado com cloroquina morre em Veranópolis.



NÓS CUIDAMOS DOS DIREITOS DOS PROFESSORES

Assessoria Jurídica especializada nas áreas:
**TRABALHISTA
PREVIDENCIÁRIA
CÍVEL**

Agende seu atendimento:
☎ (51) 98060.3579

CAINELLI
ADVOGADOS
OAB/RS 2.365

O exército dos desesperados



Foto: Guilherme Gandolfi / Fotos Públicas

por Flávio Ilha

De categoria econômica invisível a massa decisiva no campo da política e da sociedade, o contingente de desalentados só cresce no Brasil do neoliberalismo radical e da pós-pandemia recessiva. Pobres crônicos, conservadores e desiludidos com tudo e com todos, podem significar um alento para políticos populistas e governos autoritários. Mas também podem pender a balança para o lado das lutas sociais e das pautas humanitárias, como o combate ao racismo e o feminismo. Conhecer e estudar esse grupo será fundamental para pensar o país que surgirá depois da Covid-19

Um dado estatístico pouco observado pelos economistas ou cientistas sociais e que sequer faz parte dos índices oficiais de emprego e desemprego rompeu uma barreira simbólica no primeiro semestre no país: nunca o Brasil teve tantas pessoas desiludidas, prostradas, desanimadas ou alquebradas na sua história recente. E não se trata de retórica: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada na primeira semana de julho, mostrou que no trimestre entre março e maio de 2020 esse índice bateu recordes sucessivos e subiu dez pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2019. Somos 5,5 milhões de deses- perados.

O desalentado é uma categoria econômica que está à margem do conceito de empregado e desempregado e não aparece nas estatísticas oficiais do mercado de trabalho. Tecnicamente, é a pessoa que não procurou emprego nos últimos 30 dias e nem traba-

lhou na semana anterior à pesquisa, embora – se perguntada – dirá que tem necessidade urgente de uma ocupação. Mas por que não procurou, se precisa tanto? Porque cansou de ouvir não como resposta. Tem, portanto, um forte componente psicológico.

O conceito é uma contribuição da antropologia econômica às ciências sociais – mais precisamente do pesquisador britânico Keith Barth que, entre o final dos anos de 1960 e início dos 1970, se embrenhou pelas periferias urbanas de Gana para estudar a crescente informalidade nas relações de trabalho capitalistas. Ele percebeu, então, que havia uma distância considerável entre a teoria e a prática, com formas de sobrevivência que não estavam descritas nos tratados acadêmicos.

E que, em muitos casos, a desordem no mercado de trabalho era tão grande que produzia uma espécie de torpor em contingentes inteiros de mão de obra. Uma resignação com a pobreza extrema e com o desamparo a ponto de fazer com que uma parcela de pes-

soas simplesmente desistisse de buscar aquela mobilidade social tão significativa, e necessária, à manutenção do capitalismo.

Pois esse exército está em franco crescimento no Brasil, como mostram também as estatísticas do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas Econômicas (Dieese). O contingente de desalentados no país se manteve estável, em torno de 2% da população de 14 anos ou mais, até o final de 2015, quando passou a dar saltos sucessivos e se estabilizar num patamar próximo de 4,5% no início de 2018 – na prática, mais que dobrou de tamanho e representa uma massa que já chega aos 5,5 milhões de pessoas citados no começo desta reportagem.

Somada ao contingente de desempregados, que ultrapassa os 12,5 milhões de pessoas, eleva o drama da precariedade material brasileira para algo em torno de 20 milhões ou quase 20% da população economicamente ativa do país. O fenômeno, como lembra a pesquisadora Lúcia Garcia, do Dieese, coincide exatamente com

o processo político que desaguou no *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), em agosto de 2016, e na consolidação da Reforma Trabalhista da era Temer, selada em novembro de 2017.

“Essa massa de desalentados, e o termo massa não é por acaso, ganha importância à medida que a taxa de lucros do sistema econômico cai drasticamente com a crise de 2008. Essas pessoas sem proteção alguma formam uma franja de inativos que vão ficar bicando o mercado de trabalho em busca de qualquer coisa que garanta a sobrevivência” explica.

É uma classificação diferente do desempregado, sustenta a pesquisadora do Dieese, já que muitas vezes quem saiu do mercado formal de trabalho tem proteção do Estado (seguro-desemprego, fundo de garantia, auxílio emergencial etc.) e também de organizações sindicais. “O desalentado não. Essas pessoas estão completamente sozinhas”, destaca Lúcia Garcia. “Têm pouca ou nenhuma esperança de um futuro melhor”, salienta.

Invisibilidade dos mais pobres

O perfil socioeconômico dessa categoria é bastante específico: pobres ao extremo, em geral, devido às oscilantes e precárias condições de sobrevivência, são pessoas politicamente conservadoras e individualistas; também, devido a isso, são bastante vulneráveis aos diversos tipos de fundamentalismo que prometem soluções milagrosas para os problemas reais do mundo; e, por se sentirem excluídos da formalidade, tornaram-se ressentidos e suscetíveis a soluções autoritárias. Na prática, não confiam em ninguém. Ainda mais se for da classe política.

Em suma, como diz Lúcia Garcia, esses indivíduos são avessos a qualquer tipo de organização e de discurso politizado e, também, adeptos do “cada um por si”, na medida em que, diante de sua condição de “miséria crônica”, se sentem relegados pelas forças sociais estruturadas – Estado, partidos políticos, sindicatos, instituições sociais.

A pesquisadora considera que

se trata de um grupo fundamental para compreender as relações sociais do futuro. “Tanto para o capitalismo quanto para uma resistência a ele”, afirma. Essa massa de relegados, que só cresce, teve, por exemplo, um papel determinante na última eleição presidencial. E também na manutenção do atual apoio ao governo, mesmo que outras camadas que tenham contribuído para a eleição do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) já sejam críticas das políticas sociais adotadas.

É nesse ponto que a economia encontra a psicologia. A professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) Simone Paulon, que atua junto ao laboratório de Políticas Públicas do departamento de Psicologia Social da Universidade, lembra o ensaio do sul-coreano Byung-chul Han, *A sociedade do cansaço* (editora Vozes, 2010), para entender o que se passa. “Estabelecemos um modo de vida calcado basicamente na segurança, não apenas pessoal

mas patrimonial, econômica. Quando tudo se torna fluido, como agora, ocorre essa exacerbação do individualismo que estamos testemunhando”, assegura.

E o mercado de trabalho tem tudo a ver com isso: como diz Han no seu ensaio, reforçado pela percepção de Simone Paulon, a sociedade disciplinar do século 20 se transformou na sociedade do desempenho produtivo dos anos 2000. Saiu de cena a vigilância

para entrar a autoajuda. “O neoliberalismo estimula essa individualidade, se serve dela como fator de imposição sobre os trabalhadores. Estamos sujeitos a um modo de produção narcísico onde todos os outros são inimigos. Vivemos constantemente com medo do outro”, pondera a psicóloga.

Por isso o desalento, para ela, é muito concreto – especialmente entre as mulheres, porque são elas, em suma, que têm o dever



Fonte: Dieese

COMPORTAMENTO

social de prover essa segurança de que fala. As mulheres são nove em cada dez profissionais de enfermagem, nove em cada dez trabalhadores domésticos, sete em cada dez professores e seis em cada dez trabalhadores informais. Em abril, a Ufrgs passou a oferecer suporte *on-line* a mulheres que precisam de ajuda psicológica.

“Criamos esse serviço porque percebemos uma demanda crescente de mulheres, que nos procuravam simplesmente porque não tinham comida em casa. Ou porque não conseguiam acessar o auxílio emergencial. Em muitos casos esse torpor beira o desespero mesmo. Estamos sendo confrontadas com a realidade e percebendo que aquele normal,

de antes, não era nem um pouco saudável”, diz.

As reuniões semanais, por chamadas de áudio e vídeo, e com no máximo quatro mulheres e duas terapeutas, duram uma hora e meia. Os atendimentos, segundo Simone Paulon, acabam tendo uma dupla função: oferecer auxílio em um momento em que a rede pública está mais distante, devido à quarentena, e promover aproximações entre as próprias mulheres, que percebem não estarem sozinhas.

Em São Paulo, a experiência de aproximação se estendeu a todas as pessoas que estão sendo afetadas pelas mudanças profundas da economia e da política. Na Clínica Pública de Psicanálise, que

funciona num galpão na zona central da cidade, o único requisito para ser atendido é buscar essa ajuda. “Recebemos pessoas em profundo sofrimento, com problemas acumulados e crises intensas. E as pautas são contemporâneas: racismo, homofobia, desemprego, falta de perspectiva. É um recorte bem claro”, descreve o psicanalista Frederico Ventura, que atua como voluntário na Clínica. Os atendimentos são gratuitos – o que também ajuda a romper com um dos tabus mais arraigados da psicanálise.

O profissional diz que o quadro de desalento coletivo se agravou de três anos para cá, com ápice no processo eleitoral do final de 2018. E acredita que a tendência

é de piorar, na medida em que as experiências de perda, material e espiritual, se multiplicarem. Os oito voluntários do espaço atendem cerca de 150 pessoas regularmente. Há fila de espera.

“Nossa clínica é um microcosmo que revela um quadro grave de crescente desagregação social”, avalia Frederico Ventura. E, como a rede pública de atendimento tem sido paulatinamente desmontada, é comum que o espaço receba “pacientes” que antes recebiam ajuda especializada do sistema de saúde. “Chegam aqui com tal grau de vulnerabilidade que às vezes temos pouco a oferecer. Mas o importante é não cairmos em nenhum tipo de heroísmo”, sustenta.

Escuta e diálogo diante do imponderável

A psicanalista Marieta Madeira diz que uma das formas possíveis de atravessar esses tempos incertos é justamente a troca de experiências. “Diante de um futuro imponderável, onde não se tem segurança sobre o que vai nos acontecer de fato, onde esse torpor é uma espécie de regra, nossas experiências podem ser potencialmente transformadoras. Mas devemos nos perguntar: as pessoas querem se salvar ou nos sal-

var? Pensar nesse espaço coletivo a partir de agora será fundamental”, recomenda.

Por isso a escuta se tornou uma ferramenta imprescindível para atravessar o que o psiquiatra Joel Birman chama de “evento” que marca, de fato, o início do século 21. Birman, que foi premiado com um *Jabuti* pelo livro *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade* (Civilização Brasileira, 2013), acredita

que o individualismo onipotente do humano, construído desde os avanços científicos do século 19, está ruindo por um pequeno organismo invisível. “Em seis meses fomos derrotados, a economia se desarticulou e nossas formas de vida nunca estiveram tão ameaçadas. É preciso abandonar nossa onipotência e nos vermos com uma nova perspectiva ética e política”, diz.

No seu consultório, no Rio de Janeiro, o psiquiatra conta que os

sintomas de desalento estão por todos os lados. “Há neurose de angústia, sensação de morte, atenção demasiada ao corpo. Há sensação de esvaziamento vital que pode levar, e muitas vezes leva mesmo, à depressão. Há incremento da violência doméstica, principalmente contra as mulheres. E há um consumo excessivo de álcool e de drogas justamente para aplacar essa angústia provocada pela mudança civilizatória”, testemunha.

QUER MAIS RENTABILIDADE?
O SINPRORS Previdência rendeu **23,32% acima do CDI*** nos últimos 10 anos.
Julho 2010 a junho 2020.

SINPRORS PREVIDÊNCIA	182,87%
CDI	148,28%

Invista com quem é especialista em previdência.

INGRESSE AGORA
51 99335. 2387
www.sinprorsprevidencia.com.br

SINPRORS PREVIDÊNCIA

*Taxa de referência para investimentos.

INSTITUIDOR
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO
FUNDAÇÃO FAMILIA
PREVIDÊNCIA



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

A 'normalidade' que nos espera

De janeiro a maio deste ano, 442 pessoas foram mortas por policiais militares no estado, o maior número desde o início dessa série histórica, em 2001

Foto: Gabriel Paiva/ Fotos Públicas



Após mais de quatro meses convivendo com uma situação de isolamento e distanciamento social, causada pela pandemia do novo coronavírus, vem ganhando espaço um debate envolvendo o conceito de normalidade. Ele se expressa em várias perguntas: Quando voltaremos ao normal? Como será o normal pós-pandemia? Queremos voltar à normalidade que existia antes do surgimento do novo coronavírus? Que normalidade era essa, afinal?

No caso do Brasil, o velho e o novo normal se confundem em um cenário nada animador, alimentado diariamente por um governo encabeçado por um presidente que nega a ciência e não se cansa de manifestar o desprezo pela vida a cada dia. E por um ministro da Economia que está mais preocupado em defender a agenda dos bancos e do sistema financeiro, mesmo que o mundo das pessoas esteja ruindo ao redor. A pandemia só vem acentuando as desigualdades sociais e de renda, precarizando ainda mais as relações de trabalho, violando direitos, exterminando populações indígenas e expondo a exclusão digital de milhões de pessoas que

não têm acesso às ferramentas necessárias para entrar no mundo novo tecnológico que ganhou mais espaço e visibilidade nos últimos meses.

Alguns dados indicam os contornos do "novo normal", se é que assim pode ser chamado, que já estamos vivendo. Se esses são os indicadores da normalidade que vem por aí, preparemo-nos para viver em uma sociedade distópica, se é que já não estamos vivendo.

Desde que assumiu a presidência da República, Bolsonaro assinou uma série de portarias e decretos flexibilizando o acesso a armas de fogo. Resultado: o número de registros de novas armas de fogo concedidos pela Polícia Federal aumentou 205% no primeiro semestre de 2020 (comparando com o mesmo período do ano passado). Até o final de julho, foram 73.996 novos registros de armas de fogo, contra 24.236 no primeiro semestre de 2019.

Os registros de casos envolvendo violência policial são mais um ingrediente do caldo de cultura de violência que se espalha pelo país. Em São Paulo, o número de mortos pela Polícia Militar em 2020 já é recorde. De janeiro a maio deste ano, 442 pessoas fo-

ram mortas por policiais militares no estado, o maior número desde o início dessa série histórica, em 2001.

A região da Floresta Amazônica bateu um novo recorde nos alertas de desmatamento, no mês de junho. Segundo dados do sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), os alertas de desmatamento indicam uma destruição de 3.069,57 quilômetros quadrados, no acumulado do primeiro semestre, um aumento de 25% em comparação com o primeiro semestre de 2019. Segundo nota divulgada pelos bispos da Amazônia brasileira, "contribuem para esse crescimento o notório afrouxamento das fiscalizações e o contínuo discurso político do governo federal contra a proteção ambiental e as áreas indígenas protegidas pela Constituição Federal".

Nos primeiros seis meses do ano, foram eliminados 1,2 milhão de empregos formais, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia. Por outro lado, desde o início da crise sanitária até o mês de junho,

os 42 bilionários do país aumentaram suas fortunas em US\$ 34 bilhões, segundo levantamento divulgado pela Oxfam Brasil, dia 27 de julho.

Isso para não falar do número de mortes causadas pela Covid-19. Quando você estiver lendo este artigo, o Brasil provavelmente já terá ultrapassado a casa dos 100 mil óbitos. No dia 26 de julho, a Rede Sindical Brasileira UNISAÚDE acusou, no Tribunal Penal Internacional, o presidente Jair Bolsonaro por prática de genocídio e crimes contra a humanidade, em função da sua postura em relação à pandemia. Dificilmente a denúncia deve avançar, mas já é a terceira contra Bolsonaro no Tribunal de Haia.

O que temos hoje então é um país governado por um presidente que despreza a ciência, os defensores do meio ambiente e de direitos humanos, e tem paixão por armas de fogo e violência. Um país que está devastando a Floresta Amazônica, assassinando povos indígenas, negros, moradores de periferia e desmontando os sistemas de saúde e educação pública. Essa é a "normalidade" que nos espera. Esse é, na verdade, o normal que já estamos vivendo.



Rivais nos estádios são aliados nas ruas

por Marcelo Menna Barreto

Quando apoiadores do presidente Jair Bolsonaro estavam nas ruas pedindo o fim do isolamento social, o fechamento do Congresso, do STF e a volta de uma intervenção militar, torcedores dos mais variados times de futebol brasileiros foram os primeiros a sair no meio da pandemia para enfrentar os atos. A reação dos amantes do futebol autodenominados 'antifas' foi fundamental para refrear os que bradavam por atitudes classificadas como fascistas e antidemocráticas

Quem imaginaria palmeirenses aplaudidos por torcidas corinthianas ou vice-versa? Um colorado ao lado de um gremista gritando “recua, fascista”? Mais que bola rolando, esses acontecimentos que envolvem uma paixão visceral – protagonista, às vezes, de verdadeiras batalhas campais – se deram as mãos nas recentes manifestações em defesa da democracia.

Fenômeno relativamente novo, os chamados antifascistas são uma reação à extrema-direita que assola o mundo nos últimos anos.

A Europa é pioneira em torcedores contra o fascismo. Não é por menos. O movimento criado por Benito Mussolini, seguido por Adolf Hitler com o nazismo, surgiu no Velho Mundo.

Clubes como o italiano Livorno, Rayo Vallecano da Espanha, o alemão St. Pauli e clubes ligados ao movimento operário inglês têm tradição.

No Brasil, analistas apontam: as primeiras torcidas inclusivas, que congregam pessoas LGBT, mulheres e – agora – as antifascistas, nasceram contra o próprio ambiente do esporte, machista, misógino, sem democracia e até racista.

Para o veterano jornalista José Trajano, torcedores progressistas existem há tempos e não são braços oficiais. “Eles estão dentro das mais variadas organizações e discordam muitas vezes das direções”, fala.

A elitização

O historiador Luiz Antonio Simas concorda com a teoria da insurgência ao ambiente antidemocrático e preconceituoso nos clubes e campos. Mas acredita em especial que, para o surgimento dos antifascistas, a “banda começou a tocar” na elitização do jogo. “Essa transformação do torcedor em cliente, que começa pela Premier League na Inglaterra, acho que é a chave para pensar esse processo”, analisa.

Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Simas vê como saudável esses torcedores nas arquibancadas. Para ele, “de uma forma geral, o futebol é um ambiente racista, um ambiente misógino, mas ao mesmo tempo sempre foi um ambiente disputado”.

Essa disputa não se dá só correndo atrás da bola. Segundo o historiador, a popularização do futebol no Brasil não aconteceu sem tensionamentos, brigas, disputas.

“A gente tenta entender, pegando o

Brasil como referência, como é que um esporte chega pra ser praticado entre filhos de ingleses e escoceses ou então por trabalhadores europeus que vêm para ocupar cargos importantes nas fábricas de tecidos. Como é que este esporte vai se popularizando e se transforma num disparador de ascensão social das camadas subalternizadas, tanto do ponto de vista da classe quanto da raça? É uma disputa muito grande”, afirma.

Nesse sentido, explica Simas, “torcidas que trabalham na perspectiva do combate ao fascismo estão disputando o futebol. Elas vêm disputando esse espaço, vêm disputando esse território”.

Reação a Bolsonaro começou em Porto Alegre

O jornalista Juca Kfourri cita que a reação a Bolsonaro começou “a bem da verdade, em Porto Alegre, duas semanas antes da Paulista”. Ele vai na mesma linha de Trajano e classifica os antifascistas como “franjas” que há muito se organizam nos clubes.

Segundo Kfourri, não se pode confundir as grandes torcidas organizadas com os antifascistas que também se fazem presentes nos estádios.

Isso não tira o valor. Ele acrescenta que a esses idealistas se somaram torcedores da periferia

que estão “se ferrando” com o autoritarismo do governo.

Kfourri cita frases proferidas nos atos: “Não vou ver a ditadura passar na frente da minha janela” e “entre morrer de tortura e de Covid, prefiro de Covid”.

Ele também lembra que a tomada de consciência no futebol não é de hoje. “A politização de alas da Gaviões da Fiel se dá desde o seu nascimento”. Ela surgiu em 1969 em reação a Wadih Helu, então presidente do Corinthians. Helu, “além de ter um sítio onde aconteciam torturas durante a di-

tadura, foi o deputado estadual que, aparteado por José Maria Marin, fez o discurso que levou à prisão de Herzog”, fala.

Vladimir Herzog foi diretor de jornalismo da TV Cultura e, após sua detenção em 1975, foi torturado e morto 16 dias depois no prédio do DOI-CODI.

Dez anos depois do nascimento da Gaviões, completa Kfourri, pela primeira vez uma grande faixa era estendida reivindicando Anistia. Foi um jogo entre Corinthians e Santos, com a presença de 115 mil pessoas.

O Ameriquinha e a vitória da democracia

Ele lembra algo pitoresco. Em partida do seu América contra o Duque de Caxias, uma faixa do AnarComuna América bradava contra a reforma previdenciária de Temer.

O juiz suspendeu o jogo; um funcionário do Duque de Caxias entrou no campo com um facão para tirar a faixa e – com a revolta da torcida e jogadores – a faixa permaneceu. Um imbróglio. “Especialmente porque não havia polícia e quando chegou não foi

pra prender o cara com o facão, mas para retirar a faixa”, diverte-se Trajano.

A história poderia estar só no anedotário do futebol fluminense. Acabou se tornando uma vitória da democracia e da liberdade de expressão. Agora, uma lei assegura o direito à livre manifestação nos estádios do estado. Já sobre os movimentos que afloraram no “governo nefasto que está aí”, Trajano louva a coragem dos que saem com as camisas dos seus times.

“Eles estão retomando as ruas. Eu gostaria de estar junto, mas como faço parte do grupo de risco, me sinto representado”, diz.

O jornalista lembra outra coisa: “O que a gente vê é que esses jovens são habituados com as ruas. São corajosos. Se mobilizam rápido. Eles metem o peito. Estão liderando e chamando as pessoas. É gente que cumpre um papel importante”.

Trajano estima que “depois que tudo isso passar (a pandemia)”, multidões também sairão.

“Chega de ficar batendo panela na varanda”, comenta.

Uma ironia, no entanto, ele vê. “Agora eles estão nas ruas e não têm público nos estádios porque é proibido. Quando for aberto, muitos não terão acesso, devido os preços impostos pela ‘gourmetização’ do futebol”. Gourmetização, Trajano ressalta, contestada por integrantes desses coletivos nos clubes. “Esses movimentos sempre lideraram protestos dentro”, finaliza.

Da arenização ao futebol sem povo

Se Trajano fala em Gourmetização, Simas chama de Arenização dos estádios o sistema que alavanca a discussão entre torcedores mais antenados. Neologismos diferentes, sentimentos em comum.

“O futebol foi perdendo a característica de ser um esporte de inclu-

são de massas no Brasil, ainda que não igualitário”. Reflete. O historiador acabou de escrever um livro sobre os 70 anos do Maracanã e diz que o velho estádio, “não o novo”, era inclusivo sem ser igualitário. “Incluía todo mundo. Mas o pobre tava lá na Geral; a classe média, na ar-

quibancada; o cara com mais condições estava na cadeira”, explica.

“Até essa ideia da inclusão sofreu com a arenização do jogo”, denuncia. A transformação dos estádios em arenas multiusos, o futebol como produto televisivo, o torcedor como cliente, “parece que gerou

uma reação muito interessante e esses coletivos antifascistas caminham exatamente na perspectiva da reação, da disputa, do conflito para tentar fazer entender que no esporte tem espaço para se tentar construir alternativas democráticas e populares”, conclui.

Contra o machismo, racismo e LGBTfobia

Marcelo Carvalho, diretor-executivo do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, é entusiasta dos antifascistas. “Primeiro para resguardar a democracia; segundo para mostrar à sociedade que torcedores de futebol não são alienados. São pessoas que gostam de futebol, mas também refletem sobre o racismo, machismo, LGBTfobia”, declara.

Para ele, os que estão em campo, antes mesmo dos atos contra as

investidas autoritárias, já legaram um saldo positivo para o esporte.

Recorda ter visto antifascistas nascendo entre 2015 e 2016 e que o resultado já aparece. De 2017 para cá, sua análise aponta maior conscientização dos torcedores e jogadores.

“Muitas pessoas que lutam contra o machismo, contra o racismo também estão nas antifascistas. Elas estão fazendo com que os clubes repensem suas ações,

seus posicionamentos; que repensem o que fazer quando acontece um caso de preconceito. Isso é muito importante”, celebra.

Leo Gerchamann, jornalista e escritor, também se declara “super-fã” dos antifascistas. Torcedor do Grêmio de Porto Alegre, ele, no entanto, faz uma ressalva: “Tenho restrições quando esses grupos ficam partidarizados”.

Autor de livros como *Coligay – Tricolor e de todas as cores* e *So-*

mos azuis, pretos e brancos, que contam a história do seu time de coração, cita como exemplo um dia em que a Grêmio Antifascista levou para a Arena tricolor um cartaz pedindo a liberdade de Lula.

“Não vou entrar no mérito, mas quando tu faz isto tu restringe”, diz Gerchamann. Ele ressalta sua certeza de que o Brasil está em meio de um governo fascista. Agora é momento de todas as forças civilizatórias estarem juntas”, conclui.

Brasília comanda a grilagem de terras

por Cristina Ávila e Gilson Camargo

Um conhecido jagunço experimenta seu fuzil de alta precisão. Não se sabe o alvo, mas o disparo faz um estrondo na mata fechada da Estação Ecológica do Jari, na divisa do Amapá com o Pará. Quem presencia a cena prefere se calar. É compreensível. Na maioria dos grotões país afora, cumprir a lei do silêncio equivale a salvar a própria pele. O staff armado que assegura, a qualquer custo, a continuidade dos crimes ambientais – do garimpo clandestino, queimadas e grilagem – de terras se sente à vontade para dar tiros a esmo dentro da unidade de conservação. É respaldado pela fama de capanga de gente graúda e pelo retrato em preto e branco de Jair Bolsonaro estampado na camiseta que veste

Por R\$ 1,2 mil, um trator faz por terra o transbordo de um quilômetro da cachoeira Itacarará, carregando galões de combustível e tralhas de garimpeiros que em seguida retomam viagem pelo rio Jari. O que acontece nessa área de 231 mil hectares que cobre parte dos municípios de Almeirim, Laranjal do Jari e Mazagão, encravada em meio à floresta amazônica, é fundamental para

se compreender os mecanismos que mantêm o funcionamento do crime organizado encoberto pela mata.

DITADURA MILITAR – O garimpo é apenas uma das finalidades de uma prática que perpassa diferentes ciclos da história brasileira e se perpetua. Na ditadura militar, corrupção, devastação e crimes contra posseiros andavam juntos, com ordens diretas da Pre-

sidência da República. No Congresso, as votações têm como protagonistas grandes fazendeiros criadores de gado e produtores de grãos a serviço de frigoríficos, empresários, deputados, senadores e ex-ministros: a indústria da grilagem de terras.

O ódio manifesto e recorrente de Jair Bolsonaro aos povos indígenas e à conservação da Amazônia funciona como uma senha

para assassinos e grileiros nos interiores do Brasil. Mas as quadrilhas preparadas para depenar o patrimônio público se empoderam ainda mais quando a retórica do presidente vai parar no papel e cria a expectativa de virar lei. É o caso do PL 2633/2020, o Projeto de Lei da Grilagem, que tramita na Câmara Federal e já ressoa em casas legislativas e executivas de alguns estados.

“Total lisura” baseada em mentiras para legalizar fraudes

O ciclo se consolida com mentiras, como a que tenta pregar o autor da proposta. O deputado Zé Silva (Solidariedade/MG) tem sustentado na tribuna “a total lisura” na regularização de terras a partir de exigências como o Cadastro

Ambiental Rural (CAR), um instrumento do governo federal de monitoramento das reservas naturais em imóveis particulares que está sendo fraudado por latifundiários.

Inicialmente, a proposta que abre as portei- ras para a legali-

zação de terras públicas usurpadas inclusive em áreas de conservação e territórios indígenas foi apresentada por Bolsonaro como medida provisória (MP 910/2020), mas não foi votada no prazo e perdeu a validade.

“O PL 2633 está parado. A sociedade mostrou que não é tão simples assim passar leis dessa natureza como talvez estivessem supondo”, diz Adriana Charoux, porta-voz da ‘Campanha de Amazônia’ do Greenpeace.



Oficial do Ibama inspeciona árvore cortada no maior esquema de desmatamento ilegal, grilagem de terras e trabalho escravo do país, descoberto pela *Operação Rios Voadores*



O esquema era comandado pelo empresário AJ Vilela, o Jotinha, de São Paulo, que ordenava a derrubada de árvores por telefone

Invasão eletrônica de terras utiliza página do governo

O professor da Universidade Federal do Pará (Ufpa), Girolamo Treccani, que há mais de 30 anos estuda direito agrário, ressalta que o PL 2633/2020 suscitou inclusive repúdio do Ministério Público Federal, em nota técnica onde cita o Acórdão 727 do Tribunal de Contas da União. “O TCU aponta fraudes no Sistema de Gestão Fundiária (Sigef). É uma espécie de grilagem eletrônica feita na página do governo na internet, com a inscrição usada como se fosse documento da terra, de pelo menos 657,9 mil hectares de áreas não passíveis de regularização na Amazônia Legal. Se não houver ações para cancelar essas auto-declarações e realizar retomadas de áreas, o prejuízo calculado com base no valor da terra nua é de R\$ 1 bilhão de reais, segundo cálculo do próprio tribunal”.

Treccani acentua que uma das principais críticas ao PL da Gri-

lagem é a possibilidade de auto-declaração da propriedade que facilita a vida dos grileiros que dispensam a necessidade de assinatura do que se denomina confrontantes – os donos do imóvel, no caso, a União ou o Incra. Segundo o professor, leis estaduais estão replicando os marcos estabelecidos pela extinta MP 910 para possibilitar a transferência de terras públicas e devolutas estaduais até 2,5 mil hectares de ocupações cada vez mais recentes. Na lista estão Pará, Amapá, Mato Grosso, Tocantins, Roraima e Piauí, já com aprovação de novas regras fundiárias.

CAIXA DE GRILOS – Esta história começa com a invasão do território por navegadores portugueses que protagonizaram a maior apropriação fundiária e o maior genocídio (4 milhões de indígenas ou 80% da população nativa da então *Terra de Vera Cruz*) entre 1500 e 1850. Então, a grilagem virou prática no

Brasil com a promulgação da Lei 601, de 1850, por Dom Pedro II, que instituiu a propriedade da terra.

A falsificação de documentos passou a ser um recurso corriqueiro entre coronéis que se apropriavam de grandes áreas e não conseguiam comprovar a sua compra. “O cara falsificava uma escritura e, para dar aos papéis a aparência de antigos que devem ter, os trancava em uma gaveta cheia de grilos. Ao final de um mês, corroidos e amarelados por substâncias liberadas pelo inseto, pareciam legítimos. Daí a palavra grilagem”, explica o economista João Pedro Stédile, dirigente nacional do MST.

Em 520 anos, territórios indígenas demarcados ou em vias de demarcação pela Fundação Nacional do Índio (Funai) na Amazônia são alvos preferidos dos grileiros. A terra indígena mais desmatada em 2019, investigada pelo Ministério Público Federal, é a Ituna-Itatá,

em Altamira, que tem 94% da área sobreposta por 223 CARs.

A reserva tem 142 mil hectares e a área total reivindicada, somando-se todos os requerimentos, incluindo áreas com sobreposição de cadastro – quando mais de um pretendente se autodeclara dono do mesmo território – corresponde a 196 mil hectares. Ou seja, são tão falsos os requerimentos que ultrapassam a dimensão da terra em 54 mil hectares, que simplesmente não existem.

“O desmatamento, seguido da implantação de pastagens, é o mecanismo mais utilizado no processo da grilagem de terras na Amazônia. É rápido e permite que a área invadida, desmatada e com gado seja configurada como área produtiva o que costuma ser usado como alegação de invasores para justificar o roubo de terra pública e posterior demanda para regularização fundiária”, explica Adriana Charoux, do Greenpeace.

O pecuarista que vende gado para ele próprio

O advogado e pecuarista Lazir Soares de Castro tem dois registros de CAR dentro da área, as fazendas Mata Verde I e Mata Verde II, cada uma com mais de mil hectares, registradas em 2015, quatro anos depois da interdição da área pela Funai. Castro tem outras fazendas no Pará, em Água Azul do Norte e no município campeão de desmatamento na Amazônia, São Félix do Xingu.

Apesar do histórico de infrator da legislação ambiental, em 2013, foi aclamado como produtor comprometido com a recuperação de floresta em São Félix do Xingu em parceria com o grupo Walmart e se vangloria de fornecer a carne que vai para mercados que exigem desmatamento zero. Mas tem uma extensa lista de atuações pelo Ibama por desmatamento ilegal de 2.091 hectares, sendo 1,5 mil hectares em uma única empreitada, em 2003.

Uma das suas fazendas, a Terra Roxa, em São Félix do Xingu, foi embargada em 2014 por enviar gado para a Boqueirão da Serra, que também pertence a Castro, e depois revendido à Bela Vista, de propriedade de Marcelo de Castro, outro produtor que fornece gado de corte para a Marfrig e a JBS.

Na sequência, a Mata Verde I, uma das áreas griladas por Lazir

dentro da Ituna-Itatá, declarou a transferência de 3.379 animais para a Boqueirão da Serra, em outra operação envolvendo a venda de gado pelo empresário para ele próprio, em janeiro de 2019. Parte desse gado, 2.279 cabeças foi vendida para a Bela Vista, outra fazenda de Marcelo Castro.

Os dois são sócios na empresa Só Rações Distribuidora Ltda., inscrita na Receita Federal sob o CNPJ 20.852.537/0001-97, com capital declarado de R\$ 800 mil. A triangulação para ocultar a origem do gado criado em pastagens da grilagem de terras levantou suspeitas porque a Mata Verde I não tem uma área de pastagem compatível com a quantidade de gado oficialmente declarada na documentação sanitária. O desmatamento nessa fazenda se restringe a 33 mil metros quadrados, uma área irrisória para a atividade pecuária.

AGROPECUÁRIA – Na floresta tropical mais biodiversa do mundo, a pressão de cadeias produtivas que se abastecem do desmatamento tem como alvo as áreas protegidas: são mais de 70 milhões de hectares ainda não invadidas disputadas por grileiros em um território livre de controle e fiscalização devido ao desmantelamento do Ibama.

Foto: Rede Globo/ Reprodução



O fazendeiro Lazir Soares se apoderou de mais de 3 mil hectares dentro da reserva para criação e venda ilegais de gado

No primeiro trimestre de 2020, metade da área com alertas de desmatamento estava concentrada em terras públicas não destinadas e protegidas. As terras não destinadas são alvos fáceis para a grilagem. Já a criação de áreas protegidas, fundamental para coibir o crime, na maioria dos casos nunca passou do estágio da demarcação. A falta de fiscalização e as promessas de revisão de reservas que nunca saíram do papel deixam o caminho livre para a destruição da floresta e a ocupação da terra.

De acordo com o relatório do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

(Inpe), entre agosto de 2018 e julho de 2019 o desmatamento aumentou 55% em Unidades de Conservação e 62% em terras indígenas. Nesse caso também não procede o argumento de parlamentares que defendem o PL da Grilagem: quem avança sobre a floresta não são pequenos produtores desesperados em busca de um pedaço de terras para plantar.

O estado com o maior número de imóveis rurais localizados em terras destinadas a povos indígenas é o Pará, com 2.325 registros. Desse total, 1.290 propriedades estão situadas dentro de terras indígenas em processo de regularização e 1.035 em áreas com restrição de uso.

O rei da soja, o playboy e o frigorífico



Kayapós observam queima de motosserras de desmatadores da Operação Rios Voadores apreendidas pelo Ibama

Foto: Diretoria de Proteção Ambiental – Ibama

No distrito de Castelo dos Sonhos, em Altamira, no Pará, a Operação Rios Voadores, do MPF, Polícia Federal, Receita Federal e Ibama, com a ajuda de rádio-escuta nas aldeias, revelaram em 2016 um esquema para a conversão rápida de florestas em latifúndios, utilizando metodologia científica, mão de obra escrava e fraudes documentais.

Em apenas três anos, de 2012 a 2015, a quadrilha destruiu 300 quilômetros quadrados de florestas na região – prejuízo de R\$ 420 milhões – e faturou R\$ 1,9 bilhão. Era comandada pelos Junqueira Vilela, influente família de pecuaristas do Pará, e tinha conexões com a JBS, maior processador de

carne bovina do mundo e as empresas de outra linhagem de pecuaristas com histórico de crimes ambientais, os Maggi.

O mais proeminente dos Maggi, Blairo, foi governador do Mato Grosso (2003 a 2010) e senador (2011 a 2019) e havia apenas dois meses era ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo Temer. Uma das empresas do político, a Amaggi Exportação e Importação, e os empresários Elusmar Maggi Scheffer e Eraí Maggi Scheffer transferiram R\$ 10 milhões para Antonio José Junqueira Vilela Filho, o AJ ou Jotinha, e para um cunhado deste, Ricardo Caldeira Viacava. Outros R\$ 7,4 milhões foram transferidos pela

JBS a *Jotinha* e a uma das irmãs dele, Ana Paula Junqueira Vilela Carneiro.

A JBS foi intimada a esclarecer se as transações envolviam compra de grãos ou animais procedentes de áreas desmatadas ilegalmente. O empresário *Jotinha*, que ordenava a derrubada relâmpago de florestas por telefone enquanto frequentava o *jet set* paulista, estava foragido, mas se entregou à Justiça. Um mandado de condução coercitiva emitido

contra a irmã dele nem chegou a ser cumprido, pois Ana estava em férias nos EUA. O cunhado, Ricardo Caldeira Viacava, também denunciado por trabalho escravo e frustração de direito trabalhista é membro de outra família da elite pecuarista do circuito Pará-São Paulo.

Ao menos sete processos tramitam até hoje na 1ª Vara da Justiça Federal de Altamira, mas exceto por dois fazendeiros laranjas que assumiram a culpa pelo desma-

tamento, ainda não houve condenações. Duas denúncias por dano ambiental e ao patrimônio genético têm como titulares as juízas Sandra Maria Correia da Silva e Maria Carolina Valente do Carmo. As outras cinco estão nas mãos do juiz Paulo Mitsuru Shiokawa Neto: uma ação civil pública por trabalho escravo, uma por corrupção ativa, outra por denúncia de organização criminosa e lavagem de bens e dois processos por enriquecimento ilícito.



Blairo Maggi: investigado por lavagem de gado

Um tribunal tenta conter a roubalheira

No olho do furacão, a defensora pública Andreia Barreto, titular da 4ª Defensoria Agrária com sede em Altamira, tem energia para “bater de frente com a estrutura de décadas do latifúndio”. Ela explica que o Tribunal de Justiça do Pará tem na sua organização varas agrárias e o estado está dividido em cinco regiões agrárias, com varas, defensorias, promotorias e delegacias especializadas em conflitos agrários”. A Ouvidoria do TJPA preside uma comissão permanente contra a grilagem, com instituições estaduais, federais e organizações da sociedade civil.

“Meu temor analisando a MP e

o PL, cumulativos com a lei (de regulamentação agrária) que o estado do Pará tem desde o ano passado, é que isso venha cada vez mais acirrar conflitos, e que nesse cenário a gente não consiga somente através do sistema de Justiça, sem políticas públicas, que vidas sejam poupadas”, acentua Andreia Barreto. Ela se refere à Lei 8878/2019, aprovada em regime de urgência pela Assembleia Legislativa, que ela considera favorecer o latifúndio, sem preocupação com os agricultores familiares e os territórios coletivos, como quilombolas e de outras comunidades tradicionais.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

– O Parque Estadual Serra Ricardo Franco, localizado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso, fronteira com a Bolívia, é outro exemplo de grilagem de terras públicas pela pecuária de corte. Com pouco menos de 160 mil hectares, a reserva foi criada em 1997 com o objetivo de preservação da biodiversidade. Ali ocorrem espécies ameaçadas, típicas das áreas de transição entre Amazônia, o Cerrado e o Pantanal.

A unidade de conservação foi enquadrada na categoria proteção integral, mas, na prática, se

transformou em um paraíso de barões da grilagem. Mais de 112 mil hectares, ou 71% da área total do parque estão sobrepostas aos registros no CAR, o que indica a presença de muitas fazendas dentro dos limites da reserva. São propriedades fora da lei a serviço de figurões da República.

O Ministério Público do Mato Grosso conduziu ações civis públicas contra o estado por omissão na implantação do parque e contra 50 fazendas que se encontram dentro dos limites da reserva. Nessas propriedades, ocorreram desmatamentos em datas posteriores à criação do parque. O esquema inclui conexões com os três principais frigoríficos que atuam na Amazônia, Marfrig, Minerva e JBS, e uma série de países importadores.

ELISEU PADILHA – Das 137 fazendas da região, três chamam a atenção: Paredão I e II, com 4.241 hectares, dos quais 2.097 hectares foram desmatados ilegalmente; e Cachoeira, com área de 2.348 hectares, 735 hectares de mata derrubados sem autorização. O ex-ministro Eliseu Padilha aparece como sócio-proprietário em duas delas, junto com seu ex-assessor e sócio, Marcos Antonio Assis Tozzatti. Pa-

dilha, no caso, está associado à empresa Jasmim Agropecuária e Reflorestamento Ltda.

A ligação de Tozzatti com a “Agropecuária Paredão ME” consta também no Processo 50027-11.2016.811.0077 – Código: 59691, consulta disponível em: <https://www.tjmt.jus.br/ConsultaProcessual>. O MPE constatou que as fazendas foram abertas e desmatadas depois que o parque já tinha sido criado. Praticamente toda a área da pastagem da Paredão I e II está em cima do que antes era floresta nos limites do parque. A fazenda Paredão também recebeu bois de uma fonte controversa. Em março de 2019, 120 bois da fazenda Santo Expedito, de Joelma Pinto da Silva em Nova Lacerda, Mato Grosso, foram enviados para a fazenda Paredão. A Santo Expedito é uma verdadeira escola de ilegalidades, como mostra relatório do Ibama sobre áreas embargadas na região. Ela acumula multas por crimes ambientais no valor de R\$ 13 milhões em cinco anos. Em maio de 2016, foi multada em R\$ 1,3 milhão, por destruir 268,502 hectares de vegetação nativa, especialmente protegida (Floresta Amazônica), sem autorização do Ibama.

Foto: Igor Sperotto



Nas duas fazendas de Padilha, em terras indígenas, foram devastados 2 mil hectares

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.

Unimed

CCG
Saúde

UNIODONTO

Faça a simulação e confira
o quanto você pode economizar

Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

sinprosaúde

Professores aprovam Convenções Coletivas de Trabalho da educação básica e superior

Propostas para acordo foram negociadas pelo Sindicato dos professores (Sinpro/RS) e o Sindicato patronal (Sinepe/RS). As tratativas iniciaram em março e foram concluídas somente na segunda quinzena de julho, em função da pandemia. Dentre as cláusulas, reajuste salarial, estabilidade do aposentando, 13º salário, férias, extensão do ano letivo

por Valéria Ochôa

As propostas foram apresentadas aos professores da educação básica e da educação superior em Assembleias virtuais realizadas nos dias 28 e 29 de julho, respectivamente. A proposta para a educação básica foi aprovada por 92,2% dos votos e a da educação superior por 92,4% dos votos. As Assembleias também aprovaram uma Moção sobre a conjuntura nacional.

As negociações para a renovação das Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) 2020 foram interrompidas em função da pandemia, que impôs aos sindicatos a abertura de uma nova negociação para reger o trabalho dos professores no novo contexto, com atividades letivas virtuais.

“Em maio, firmamos CCT extraordinária para a educação básica, específica para o período da pandemia”, explica Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. “O Sindicato precisou imediatamente negociar recesso e férias para garantir períodos de descanso para os professores, exaustos pelo excesso de trabalho provocado pela necessidade de adaptação das aulas para o modelo virtual”.

Cecília destaca a complexidade do momento e de muitas indefinições na educação, especialmente no ensino privado, no contexto das negociações deste ano. “Mesmo com as dificuldades enfrentadas, o Sindicato apresentou à categoria proposta de renovação da CCT com reajuste de salário, limitação dos efeitos nocivos da Lei 14.020/20 do governo federal, garantia do direito autoral dos trabalhos extras elaborados para as aulas a distância e manutenção das demais cláusulas da CCT 2019”, observa.

EDUCAÇÃO BÁSICA – Dentre os direitos garantidos estão: reajuste salarial de 3,92% retroativo a março, pago no salário de agosto; pagamento de 50% do 13º salário até o dia 6 de novembro e o restante até o dia 15 de dezembro de 2020; férias poderão ser parciais, mas 20 dias devem ocorrer entre os dias 18 de janeiro a 6 de fevereiro de 2021; regras específicas para o uso da imagem e voz do professor; recesso escolar de duas semanas; extensão do ano letivo no máximo até 18 de janeiro de 2021; estabilidade do aposentando nos três anos anteriores da aposentadoria, entre outras garantias.

ICES

Ainda não houve consenso nas negociações

As tratativas para a renovação do Acordo de Trabalho Plúrimo com o coletivo das 14 instituições comunitárias de educação superior (PUC, Unisinos, Feevale, Unisc, UCS, UPF, Unicruz, Unijuí, Urcamp, UCPel, Univates, URI e IPA) ainda não foram concluídas.

“As grandes universidades, por serem instituições mais complexas e



Educação básica: dentre os direitos garantidos estão reajuste salarial de 3,92% retroativo a março

As negociações na Comissão da educação superior foram ainda mais complexas diante da redução nas matrículas, que refletiu em um grande número de demissões. “Trabalhamos nas negociações com o foco na empregabilidade dos professores”, explica Amarildo Cenci, diretor do Sindicato. “Fizemos um grande esforço para não inaugurar trajetória de perdas salariais frente à inflação. E, felizmente, conseguimos garantir a reposição da inflação na base de cálculo dos futuros reajustes e uma reposição parcial na forma de abono ainda em 2020”.

EDUCAÇÃO SUPERIOR – Dentre as cláusulas aprovadas, abono salarial de 1,96% a partir de outubro de 2020 até fevereiro de 2021; integralização do percentual de reajuste de 3,92% a partir de 1º de março de 2021; pagamento de 50% do 13º até 6 de novembro e o restante até 15 de dezembro; estabilidade no emprego e carga horária nos três anos antes da aposentadoria; entre outros.

“A boa participação dos professores nas Assembleias virtuais representa a importância que a categoria está dando para o Sindicato, bem como na definição de sua sustentação financeira para o período”, observa Cenci. “É importante para o período que estamos vivendo e o futuro”. Os professores aprovaram nas duas Assembleias a contribuição assistencial/taxa negocial para a manutenção do Sinpro/RS neste ano.

MOÇÃO – O documento critica a falta de uma política pública do governo federal em defesa da saúde dos brasileiros na pandemia, assim como na área da educação, expressas na interinidade e na rotatividade dos titulares dos respectivos ministérios. “Para a educação, a política do governo federal restringe-se a menos recursos e mais ideologia”, diz a Nota. Os professores também revelam “contrariedade às insistentes manifestações pela retomada das atividades letivas presenciais nas escolas e instituições de educação superior, por parte de autoridades públicas, lideranças políticas e empresariais e, especialmente, de dirigentes de entidades associativas do ensino privado, em pleno auge de pandemia de coronavírus em nosso estado.

Universidades comunitárias demitem na pandemia

por Gilson Camargo

As demissões de professores nos finais dos períodos letivos, uma prática recorrente na maior parte das instituições de ensino privado do estado desde antes da pandemia, aumentaram no final do primeiro semestre de 2020. O período de exceção devido à crise sanitária, que impõe uma maior superação à categoria, é marcado pelos cortes de postos de trabalho e evidencia uma grave crise no setor. Em algumas instituições, os desligamentos ocorrem em meio às negociações de Acordos Coletivos por instituição para o período. A Ulbra, Unisinos, Feevale e Unisc somam 276 dispensas. O Centro Universitário Cenecista (Unicnec), de Osório, desligou 19 dos seus 80 professores.

A crise financeira é uma realidade do setor privado de ensino que se agravou com a pandemia. As instituições já vinham num movimento de readaptação diante da queda no número de matrículas, inadimplência e migração de alunos para as instituições públicas. As restrições impostas pelo isolamento devido à Covid-19 agravaram o cenário e impuseram um apagão na educação do estado.

A estimativa do coordenador do coletivo de Instituições Comunitárias de Educação Superior (Ices) é de redução no número de créditos por aluno no segundo semestre. Oto Moerschbaeher não acredita que as instituições tenham uma grande perda de

alunos, mas não afasta uma tendência de redução dos contratos de cinco para uma disciplina por semestre, em média. Ele sublinha que a maioria dos alunos das comunitárias é de profissionais liberais diretamente atingidos pela pandemia.

Uma pesquisa realizada pelo Sindicato do Ensino Privado (Sinepe/RS) de 29 de junho a 3 de julho, com 163 escolas, sobre as consequências da pandemia, mostra que a inadimplência nas escolas particulares em maio foi de 19,6%, um aumento médio de 24,4% em relação ao ano passado.

Para o diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS), Marcos Fuhr, o mês

de julho, marcado por um grande número de demissões nas maiores instituições, reflete a insegurança do setor em relação à redução de matrículas. "O Sindicato se empenhou em negociar Acordos Coletivos com várias instituições, inclusive com reduções salariais, na expectativa de reduzir o número de demitidos", explica o dirigente.

FEEVALE – Depois de firmar Acordo Coletivo, aprovado em Assembleia de professores no dia 14 de julho, para a flexibilização da carga horária e manutenção dos empregos, a Feevale demitiu 22 professores.

UNISC – Estão agendadas para agosto 35 rescisões de docentes do ensino superior e da escola de educação básica.

Ulbra vai dispensar 172 docentes e aposta em EaD

Uma das maiores universidades do estado e também a que enfrenta a maior crise institucional da sua história, a Ulbra vai demitir 172 professores em agosto. O passivo trabalhista da Aelbra, mantenedora da Ulbra, é de R\$ 500 milhões e as dívidas tributárias chegam a R\$ 5,8 bilhões. A Recuperação Judicial

aprovada em dezembro garante condições especiais para a reestruturação financeira e a manutenção das atividades da Universidade e das escolas de educação básica. Em alguns casos, a crise financeira que atingiu em cheio o setor é agravada por problemas institucionais das universidades e

suas mantenedoras anteriores à crise sanitária. "O caso da Ulbra tem a marca dessas duas circunstâncias", confirma Fuhr.

A mantenedora informou que não irá se manifestar sobre as demissões "em respeito aos colaboradores desligados". Já o vice-presidente jurídico da Aelbra, Ro-

gério Malgarin, apontou "queda significativa de matrículas de alunos de 2019 para 2020, agravada pela pandemia para o segundo semestre de 2020". Segundo ele, a Ulbra está fazendo uma readaptação curricular das disciplinas, "ou seja, vamos adequar o curso com 40% de disciplinas em EaD".

Unisinos: demissão em meio às negociações

As negociações com vistas a flexibilizações contratuais não impediram o corte de 38 docentes pela Unisinos. A redução significativa do quadro docente em meio às tratativas causou apreensão à Associação dos Docentes (Adunisinos) e ao Sindicato. "Lamentamos que a Unisinos tenha demorado em estabelecer negociações que pudessem evitar ou reduzir o número de demissões", destaca Marcos Fuhr.

A Reitoria afirmou, em nota, que as demissões fazem parte de uma readaptação face à crise financeira. "A diminuição do número de matrículas de estudantes no ensino superior, iniciada em 2015, foi agravada em 2020 pela pandemia de Covid-19", diz o comunicado. Entre os 48 demitidos até agora, está a

vice-presidente da Adunisinos.

Em carta aberta à comunidade, a entidade lamenta a "adoção de uma política institucional de precarização da empregabilidade, no auge da situação socio-sanitária dramática" e manifesta "inconformidade e indignação pela demissão da vice-presidente", a professora Sinara Santos Robin, que integrava a Comissão de Negociação Adunisinos/Sinpro/RS e Unisinos.

"O fato é gravíssimo, pois significa não somente a quebra da histórica relação de confiança mútua, mas da relação republicana entre a Universidade e a Associação dos Professores". A Adunisinos afirmou ainda que a Universidade "se associa à política do imediatismo, às práticas e à ética

Foto: Unisinos/Divulgação



do neoliberalismo, empobrecedor de vidas, de diversidades, de afetos e de pertencimentos"; pondera que "não é demitindo profissio-

nais que se resolverão questões estruturais e conjunturais" e informa que decidiu se retirar do processo de negociação em curso.

Idiomas: sindicatos negociam proposta para acordo

O Sinpro/RS e o Sindiomas (Sindicato patronal) estão na fase final da negociação para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos professores que atuam nas escolas privadas de idiomas. As entidades prepararam a minuta para acordo, que ainda deve ser discutida pelos representantes sindicais.

As reuniões de negociação ini-

ciaram em junho, após a aprovação da pauta de reivindicações em Assembleia Geral dos professores. Os principais pontos são: reajuste salarial com reposição do INPC do período (3,31%), pagamento do 13º salário, criação de uma Comissão de Negociação para Acordos Coletivos em escolas em situação de emergência.

Consta ainda o ajuste na cláusula

da estabilidade pré-aposentadoria, criando uma regra de transição para quem já estava nesse período, além da renovação das demais cláusulas da CCT.

PANDEMIA – O Sinpro/RS negocia ainda condições especiais para o período diferenciado de pandemia de Covid-19, para isso foi entregue ao Sindicato patronal um documento para definição das

condições de retorno às atividades presenciais. Tais como: a adesão ao protocolo geral que vier a ser definido pelos poderes públicos para garantia da saúde de todos os integrantes da comunidade escolar, manutenção do salário integral aos professores que contraíram a Covid-19, após o retorno às atividades presenciais, e fornecimento de EPIs aos professores.

AULAS VIRTUAIS

Estudo aponta desigualdade de acesso

O Comitê Popular Estadual de Acompanhamento da Crise Educacional no Rio Grande do Sul, integrado pelo Sinpro/RS apresentou no dia 31 de julho a primeira parte dos resultados da pesquisa que buscou mapear as necessidades e impactos da pandemia, bem como as condições de segurança para volta às aulas. Nesta etapa o Comitê encontrou grande desigualdade de acesso à educação por parte dos alunos e familiares.

A socióloga e integrante do Comitê, Aline Kerber, uma das responsáveis técnicas pela pesquisa, ressalta aspectos que já estão sendo percebidos pela pesquisa. "Já nas primeiras análises foi possível perceber que estamos em um momento de apagão educacional tanto nas redes públicas como na rede privada", ressalta Aline. O resultado final da pesquisa será divulgado até o final de agosto.

Ao total, 80% das pessoas que responderam dizem ter acesso à internet sem fio e 43,5% pelo celular, um facilitador para o acesso às atividades *on-line* desenvolvidas pelas escolas. Se observado de forma segmentada, nas escolas municipais isso significa que apenas 14% dos estudantes tem banda larga, na rede estadual chega a 20%, enquanto que na rede privada 49% dos estudantes afirmam ter acesso à internet rápida.

ULBRA

Assembleia aprova negociação de verbas rescisórias

Devido ao descumprimento por parte da Aelbra, mantenedora da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), do acordo relativo a verbas rescisórias de professores desligados da Universidade em 2019, o Sinpro/RS realizou Assembleia para que a categoria decidisse sobre a abertura de novas negociações para a definição das condições de pagamento dos direitos rescisórios dos docentes que estão sendo demitidos neste final de semestre.

Na Assembleia virtual realizada no dia 29 de julho, os professores aprovaram por ampla maioria o estabelecimento de negociação do Sindicato com a Aelbra com vistas à definição de uma proposta para quitação dos direitos trabalhistas relativos a essas 172 rescisões.

Uma reunião solicitada pelo Sinpro/RS para o início das tratativas com os representantes da Aelbra foi agendada para o dia 3 de agosto – após o fechamento desta edição.

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



O cálculo da aposentadoria face aos benefícios por incapacidade, como proceder?

Já tratamos aqui dos benefícios destinados às pessoas com deficiência e, logo a seguir, o direito em face da incapacidade laboral e seguem-se as agruras.

Vivendo época de intensa competição no mercado do trabalho, exigências crescentes de produção e o correlato crescimento das doenças profissionais e do trabalho, pandemia etc, os casos de benefício por incapacidade tomaram-se, infelizmente, muito mais corriqueiros do que seria esperado.

Inúmeras são as situações de incapacidade afeitas aos professores. Auxílios-doença e aposentadorias por invalidez são constantes na categoria, seja pelo estresse, doenças ocupacionais ou outras razões. São benefícios temporários, que produzem efeitos quando da concessão da aposentadoria por tempo de contribuição.

Enquanto durar os benefícios o contrato fica suspenso e, por óbvio, não há remuneração a ser paga pelo empregador. Neste período, quando da futura aposentadoria, os salários serão compostos com base no recebimento do benefício por incapacidade.

Este é o nosso enfoque, pois muitas vezes nem sequer nos preocupamos em verificar como é gerado o cálculo de nossa aposentadoria, tampouco confirmamos se os valores dos salários lá inseridos estão

corretos, o que termina por gerar benefícios com valor abaixo do direito do trabalhador.

A legislação previdenciária é deveras complexa, com conceitos próprios e nuances importantes, é um fenômeno que dificulta objetividade e transparência, restando como problema na aplicação da lei e o real valor do direito.

No caso concreto, já diria o sábio árbitro Arnaldo Cesar Coelho: a norma é clara! Ou seja, quando o segurado esteve fruindo benefício por incapacidade, no período em que esteve em gozo desta espécie de benefício, o valor que substituirá o salário será o **salário-de-benefício**, e não qualquer outra expressão.

Mesmo sendo clara não é esta a prática do INSS. Inúmeras situações – já reconhecidas nos nossos tribunais – impõem ao INSS a revisão do cálculo e utilização do salário-de-benefício como substituto do salário.

O resultado desta prática traduz em expressão significativamente menor para a aposentadoria devida e, por consequência, a renda mensal devida minorada.

Parodiando o "filósofo" popular Ibrahim Sued: "Olho vivo, que cavalo não desce escada! Estejamos alertas!"

Prorrogada a vigência da Convenção Coletiva de Trabalho da educação infantil

por Edimar Blazina

O Sinpro/RS e o Sindicato das Escolas de Educação Infantil (Sindicreches) encerraram a negociação que prorrogou a validade da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2018/2020 durante o período de exceção, provocado pela pandemia de coronavírus. Pelo Termo Aditivo, a nova vigência se estende pelo período em que se mantiver o estado de calamidade pública no estado do Rio Grande do Sul ou até 31 de agosto.

Com a ação, os termos e direitos expressos na CCT atual seguem com validade até que as entidades voltem a negociar a renovação do documento. Os professores de educação infantil foram a parcela mais atingida pela pandemia, em função do fechamento de muitas escolas nesse período. Para a diretora do Sinpro/RS, Margot Andras, a ampliação do prazo protege os direitos dos docentes.

“O Termo de Prorrogação visa manter as condições de trabalho para os professores das escolas de educação infantil, até que se consiga concluir a nova negociação”, explica Margot. Ela esclarece que mesmo durante o período de isolamento as homologações de rescisões de contrato de trabalho devem ser realizadas no Sindicato, quando possível, e sempre devem ter o acompanhamento da entidade, como prevê a CCT.

O documento está disponível no site do Sinpro/RS (www.sinprors.org.br) para consulta e download.

PASSO FUNDO

Professores do IE Metodista paralisaram atividades em julho

Os professores do Instituto Educacional Metodista (IE), de Passo Fundo, mantiveram as atividades paralisadas durante todo mês de julho. Os docentes realizaram assembleias em que deliberaram e mantiveram a paralisação e a reivindicação do pagamento das pendências salariais na instituição que se acumulam desde o início do ano.

Atualmente, os professores têm pendente o salário de dezembro, 1/3 constitucional de férias, 13º e parte dos salários de maio e junho. Desde o início da paralisação, a Rede Metodista realizou o pagamento dos 50% faltantes do vencimento de abril. Os docentes reclamam da falta de perspectivas de novos pagamentos, bem como da sinalização da direção Metodista para a solução do problema.

Ainda em julho, os professores publicaram uma Carta Aberta à comunidade, denunciando os problemas do IE. “A administração não está demonstrando nenhuma empatia ou até responsabilidade em acatar com compromissos assumidos com os seus colaboradores mesmo aqueles que a Justiça tem determinado”, diz o documento.

Margot Andras, diretora do Sinpro/RS, afirma que o Sindicato tem buscado negociar com a Rede Metodista desde o início da crise, mas a instituição se nega a iniciar as tratativas. “A Rede Metodista segue culpando a crise iniciada pelos efeitos da pandemia e expondo os professores aos pais e familiares, ameaçando novas contratações caso não haja o retorno às atividades. É um profundo desrespeito, pois se não há dinheiro para pagamentos, como farão novas contratações?”, diz. A sindicalista lembra que em reunião com os representantes da direção da Rede com sede em São Paulo “ficou evidente o desconhecimento sobre o histórico da instituição e a falta de perspectivas para o caso”. Os professores realizarão nova Assembleia Geral com indicativo de manutenção da paralisação, caso não sejam feitos novos pagamentos pela Rede Metodista.

MEXA-SE: A ÚNICA FORMA DE POTENCIALIZAR SUA SAÚDE E BEM-ESTAR

Nascemos para o movimento. Aliás, já nos movemos antes de nascer. É através dele que nos desenvolvemos. No lúdico criamos vínculos e organizamos a cognição.

PAROU POR QUÊ?

Pois bem, bastou a gente crescer para pôr o “mexa-se” no fim da fila das prioridades. Obviamente, já não brincamos de pegar, de jogar amarelinha, pular elástico.

AS ESTATÍSTICAS NÃO PERDOAM!

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a dor nas costas é uma queixa de 80% da população mundial.

DOR NAS COSTAS OU NA COLUNA?

Existem diferenças importantes: a dor na coluna está relacionada a problemas ósseos ou articulares. Já a dor nas costas, geralmente está associada a fatores musculares.

E O VILÃO É...

Acertou quem respondeu “sedentarismo”!

A falta de exercícios físicos acarreta fraqueza muscular, que associada à má postura resulta na famosa dor nas costas. É preciso mudar de estilo de vida!



Na PLATAFORMA SOMOS MOVE mostramos a você vídeo-aulas com inúmeras formas de se exercitar em casa, que entra facilmente em sua rotina diária e realidade.

JUNTOS EM BUSCA DE MUDANÇAS POSITIVAS NO SEU ESTILO DE VIDA!

Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes do SINPRO/RS.

www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor



Como a pesquisa acadêmica ajuda o movimento dos entregadores de aplicativos

por César Fraga



O pesquisador Rafael Grohmann tem subsidiado movimentos de entregadores que visam formar cooperativas de trabalho em plataformas digitais. Entregadores Antifascistas já realizaram duas greves nacionais

Em meio à pandemia e às rotinas impostas pelas medidas de afastamento social, os serviços de entrega se tornaram gênero de primeira necessidade. Não tardou para que movimentos reivindicatórios dos trabalhadores desse setor pipocassem pelas grandes capitais brasileiras e resultassem nas primeiras greves e tentativas de organização. Trata-se do movimento dos Entregadores Antifascistas, que têm buscado a formação de cooperativas de entrega com plataformas próprias para reduzir a precarização a que estão expostos.

E é aí que que entra o conhecimento acumulado em pesquisas do jovem professor paulista e pesquisador do CNPQ recentemente radicado no Rio Grande do Sul, Rafael Grohmann, de 32 anos. Para além da sua atuação nas salas de aula do curso de graduação em Comunicação da Unisinos e nos Programas de Pós-Graduação (PPG) de mestrado, doutorado e pesquisa da Universidade, ele também se tornou uma espécie de consultor informal de grupos de entregadores que pretendem formar cooperativas para concorrer com aplicativos que detêm o monopólio no setor, como Ifood, Uber Eats, Gloovo, entre outros.

Grohmann é, antes de mais nada, um entusiasta da organização dos trabalhadores em sistemas de plataformas digitais que venham a proporcionar melhores condições de trabalho e remuneração e vê, no formato de cooperativa e nas organizações por associações e sindicatos, maneiras de atenuar a precarização causada pela economia 4.0, vulgarmente chamada no Brasil de “uberização”, termo que ele prefere não utilizar. “Uso o termo plataformação do trabalho, que considero mais adequado”, justifica.

PESQUISA – “Venho pesquisando cooperativismo e cooperativismo de plataforma. Este tema a gente tem levado também para a sala de aula, pois faz parte na disciplina Sociedade em Rede. Também envolve o debate sobre colonialismo de dados e outros temas contemporâneos da cultura digital”, relata.

DIGILABOUR – “Eu mantenho uma *newsletter* semanal que já tem cerca de 2 mil assinantes, que trata de trabalho digital. Ela faz parte de um site chamado Digilabour (digilabour.com.br), que integra o PPG em Comunicação. Temos feito *lives* para debater o assunto, com participação de pesquisadores, organizações de trabalhadores e cooperativas de entregadores de outros países, como da Espanha. As atividades são uma intersecção do ensino, pesquisa e extensão”, sintetiza.

ATUAÇÃO – Grohmann é doutor em Comunicação pela USP, com estágio pós-doutoral na UFRJ. Atua com os seguintes temas: comunicação e trabalho; trabalho digital; cooperativas de comunicadores e cooperativismo de plataforma; trabalho dos jornalistas; teorias da comunicação e circulação de sentidos.

Leia entrevista completa com Rafael Grohmann em www.extraclasse.org.

PALAVRA DE PROFESSOR

por Daniel Andrade Geraldini

Professor de Educação Física e pesquisador. Graduado em Educação Física, com mestrado em Reabilitação e Inclusão e doutorado em Educação. Leciona nos Colégios Monteiro Lobato e Rainha do Brasil, em Porto Alegre.

Um percurso de educador

A Educação Física no século 20 apresentou diferentes finalidades.

A tendência Higienista tinha como fim adestrar os padrões de higiene, a Militarista de adestrar padrões comportamentais, a Pedagógica de desenvolver o homem abstrato e, por fim, a Competitivista de formar o cidadão-atleta.

No final do século 20, em resposta a essas tendências, foram desenvolvidas diferentes abordagens (construtivista, sistêmica, cultural, entre outras). Todas elas com diretrizes claras em relação a possíveis finalidades da Educação Física.

Durante boa parte dos meus 17 anos como professor de Educação Física do Colégio Monteiro Lobato e, atualmente, também do Colégio Rainha do Brasil experimentei diferentes abordagens e confesso que nunca me senti totalmente confiante em relação à verdadeira finalidade da disciplina.

Entretanto, a partir dos estudos dos referenciais do professor doutor em Pedagogia Ferdinand Rohr (2007), desenvolvi a confiança necessária para propor uma finalidade para a disciplina.

Rohr (2007) discorre com maestria em relação aos três elementos indispensáveis da educação: o professor, o educando e a tarefa educacional. Identifica o professor como o principal responsável pela tarefa educacional, o educando como o principal beneficiário dela e a tarefa educacional traduzindo-se através da busca do professor em desenvolver a plenitude das dimensões do educando.

A busca pela plenitude amplia significativamente a percepção do professor em relação aos seus alunos, que deixa de percebê-los apenas como corpos em movimento num determinado espaço.

A finalidade de plenitude propõe uma visão multidimensional do ser humano, reconhecendo em cada sujeito diferentes dimensões a serem estimuladas, tais como a físico-corporal-sensorial, a psicoemocional, a prático-laboral-profissional, a relacional-social, a político-econômica, a comunicativa, a étnica, a racional-mental-intelectual, a estética-artística, a ética e a intuitiva-espiritual.

A percepção e o reconhecimento dessas dimensões, por parte do professor de Educação Física, ampliam as possibilidades de ação educacional deste profissional, que passa não apenas a preparar crianças e jovens para buscar vencer jogos, mas para prepará-los para a vida.

Entretanto, para que este profissional possa se tornar um desenvolvedor de plenitudes humanas faz-se necessária uma contínua especialização de formação pedagógica e empírica.

Aí, sim, poderemos ressignificar a finalidade da Educação Física ao desenvolver a Plenitude do Ser.

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. A coluna Palavra de Professor é destinada a artigos de professores, com 2.500 caracteres. Envie sua sugestão aos editores: extraclasse@sinpro.org.br.



Precisamos falar sobre as polícias

“Os estudos sobre a história das polícias modernas mostram que elas surgiram, claramente, pela necessidade de manutenção da ordem e não para o combate à criminalidade”

As polícias modernas são instituições fundamentais do Estado Democrático de Direito e seus integrantes deveriam ser respeitados e valorizados como servidores essenciais. Estamos longe de um consenso em torno desse ponto no Brasil e é improvável definir uma agenda de reformas na segurança pública orientada por evidências e comprometida com o ideal civilizatório.

Em determinadas tradições político-ideológicas, como o marxismo e o anarquismo, as polícias foram identificadas como estruturas a serviço da dominação. Nessa perspectiva, nunca foram pensadas, porque, finalmente, seriam dispensáveis. Tal visão, ancorada no pressuposto idílico de uma sociedade futura sem Estado, sem classes sociais e sem conflitos criminais, partiu, não obstante, de elementos reais. Os estudos sobre a história das polícias modernas mostram que elas surgiram, claramente, pela necessidade de manutenção da ordem e não para o combate à criminalidade.

Ocorre que a gênese de um fenômeno não é o mesmo que sua ontologia. O “ser-da-polícia”, digamos assim, adquiriu outra dimensão nas sociedades contemporâneas quando o mandato policial passou a integrar o sistema de “aplicação da lei” (*law enforcement*). Se dependêssemos apenas da autorregulação da cidadania, nenhuma sociedade contemporânea, incluindo as mais igualitárias, seria capaz de assegurar o cumprimento de suas decisões.

As greves das polícias constituem, nesse particular, experiência natural que não deixa dúvidas. Uma greve de apenas 17 horas da polícia em Montreal, em 1969, fez a taxa de roubos aumentar 13,4% por hora e o número de assaltos a banco subir 50 vezes; na greve de 17 dias da Polícia Finlandesa, em 1976, os roubos em lojas aumentaram 50% e os atendimentos nos hospitais cresceram 42% e, no Brasil, durante a greve da PM de Minas Gerais, os crimes violentos aumentaram 120% e os assaltos cresceram 3,5 vezes.

Retomando a tipologia de Monjardet (2003), as polícias modernas nasceram como “polícias da ordem”, espelhadas no Exército e destinadas a combater “os inimigos” do Estado. Com o tempo, incorporaram novas atribuições, entre elas a investigação criminal. Por fim, foram definidas pela experiência democrática como “polícias urbanas” com a função de proteger as pessoas e garantir direitos.

No Brasil, ao contrário das democracias avançadas, não houve a transição das polícias da ordem para as polícias urbanas e sequer se cogitou de retirar as Forças Armadas da “Guerra Fria”, espécie de chocadeira ideológica em que os militares se encapsularam nos últimos 30 anos. As lideranças políticas pós-ditadura escolheram, em um misto de cinismo e covardia, não apurar as responsabilidades pelos crimes contra a humanidade, aceitando uma anistia cuja função foi a de impedir que a

Foto: reprodução



verdade fosse conhecida. Por esse caminho, a democracia nunca foi apresentada às polícias, nem às FFAA.

As polícias brasileiras foram bolsonaristas “*avant la lettre*”, como o assinalou Luiz Eduardo Soares. Vale dizer: elas não foram “cooptadas” por Bolsonaro, apenas identificaram no discurso do capitão valores próprios firmados no contraste com a democracia e na valorização do policial como “caveira” (opção de vanguarda pela necropolítica, com sua decorrente escala moral de glamorização das armas e da violência). Por óbvio que esses valores não são compartilhados por todos os policiais e que há uma nova geração de profissionais que resiste ao processo de naturalização da barbárie no qual práticas violentas se ampliam, notadamente no trato com os pobres e os negros. O fato é que tratamos aqui de um resultado muito previsível construído também pela omissão histórica dos que, pragmaticamente, se recusaram a enfrentar o problema.

Ao início de junho, o STF determinou que as polícias fluminenses não realizassem operações em favela durante a pandemia. A decisão, motivada por revoltante sequência de “mortes por enga-

no”, fez com que, em um mês, a letalidade policial fosse reduzida em 74%. Nunca houve resultado tão expressivo. Em maio, as polícias do Rio haviam matado 129 pessoas; em junho, foram 34 mortes, uma redução que, assinale-se, não acarretou aumento da criminalidade. O fato evidencia, também, que a conta pela violência policial não deve ser entregue apenas às polícias e aos governos. Para confirmá-lo, bastaria perguntar: quantos policiais respondem a processos por tortura no Brasil? Quantos estão presos por terem ferido, torturado ou matado ilegalmente? E quantas decisões judiciais de indenização às vítimas de violência policial já foram prolatadas?

Uma polícia sem controles interno e externo efetivos, que atue, no mais, em um deserto de políticas públicas, estará sempre mais próxima da violência, da corrupção e da ineficiência. Quando essas características se encontram com uma realidade política tensionada pelo ódio e com a garantia, oferecida “desde cima”, de que todo arbítrio se tornará paisagem, os riscos são muito maiores e podem envolver a formação de uma base operacional para uma alternativa fascista propriamente dita.

¹ Os principais estudos traduzidos para o português são os da coleção lançada pela EDUSP: *Aspectos do Trabalho Policial*, de Egon Bittner; *História da Polícia Urbana*, de Eric Monkkonen (2003); *Polícias e Sociedades na Europa*, de Jean-Claude Monnet (2001); *Polícia Urbana e Crime na América do Século XIX* de Roger Lane (2003).

² MONJARDET, Dominique. *O que Faz a Polícia*. São Paulo, Edusp, 2003.



O rap que veio da aldeia indígena

por Gilson Camargo

O protesto solitário do indiozinho Jeguaka Mirim escancarou ao mundo, durante a cerimônia de abertura da final da Copa do Mundo de 2014, na Arena Corinthians, em São Paulo, a síntese da luta dos povos indígenas por terra e direitos. “Demarcação já!” estava escrito na faixa que ele estendeu por breves instantes antes de a mensagem ser recolhida por seguranças. Inebriada pela química e pelo negócio do futebol, a mídia nativa ignorou ou deu apenas comentários em tom de censura.

Mas as imagens do gesto de rebeldia do menino guarani registradas por correspondentes estrangeiros correram o mundo, divulgadas pelas emissoras de tevê europeias que não estavam nem aí para as proibições da Fifa. Ele virou celebridade, gravou vídeos, deu entrevistas e passou a compor música de protesto em defesa dos direitos dos povos indígenas.

Em uma das primeiras gravações, divide um rap com Criolo. O filme *Kunumi, o raio nativo*, produzido na Holanda, foi exibido na Europa e nos cinemas do Sesc em São Paulo. Assim nasceu o rapper MC Kunumi, que hoje tem 19 anos, canta e escreve livros em guarani para denunciar violações e reivindicar direitos indígenas.

Jeguaka Mirim mora na aldeia Krukutu, localizada às margens da represa Billings, na região metropolitana de São Paulo, a segunda maior aldeia da capital, que concentra 13 mil indígenas. As aldeias Krukutu e Tenonde Porã tiveram suas pequenas áreas regularizadas em 1987, após décadas de luta, e conformaram as duas únicas opções de habitação no Território Indígena até 2013, quando os povos indígenas começaram a reocupar o território tradicional a partir do reconhecimento de seus limites em relatório publicado pela Funai.

Há na aldeia diversas estruturas importantes, resultado da luta das lideranças pelo respeito aos direitos, como o Posto de Saúde, o Centro de Educação e Cultura Indígena (Ceci) e uma escola estadual indígena. O pai dele, Olívio Jekupe, 54 anos, formado em Filosofia pela Universidade de São Paulo, tem 19 livros publicados sobre cultura, língua e lendas dos guaranis, e lançou em abril o e-book *Literatura nativa em família*, em parceria com a companheira Maria Kerexu, e os filhos Jeguaka e Tupã.

Arte⁺

“Nós, Guaranis, sempre existimos, resistimos há mais de 500 anos, nativos e originários dessa terra Brasil. Desprezaram nossa ciência e tecnologia, o conhecimento milenar da floresta. Nosso povo foi oprimido e dizimado porque não aceitou ser escravizado”, declara Kunumi em seu clip cantado em português e guarani *Guerreiro da floresta (Xondaro Ka'aguy Reguá/Forrest Warrior)*, lançado em maio. “E agora vemos na tevê alertas de aquecimento da terra. Extinções em massa, e continuam destruindo nossos rios e nossas matas. E pra você sou eu que estou errado por usar internet e não andar pelado?”, indaga.

Nesta entrevista por *WhatsApp* – que se estendeu por dias, porque a internet na aldeia é instável –, Jeguaka Mirim, o *MC Kunumi*, relata que desde criança acompanha o pai quando ele ia dar palestras “pra eu conhecer os lugares e também falar um pouco sobre como é que eu vivo, como é a vida de um indígena jovem na aldeia”.

Começou a escrever aos nove anos, uma história indígena que virou o primeiro livro, *Kunumi Guarani* (Panda Books, 2014). O segundo livro *Contos dos curumins guaranis* (FTD, 2014), foi escrito em coautoria com o irmão, Tupã. No clip, ele aparece em meio à floresta para evocar uma antiga lenda guarani sobre um jovem que emerge das águas para salvar a aldeia e denuncia: “Em 2019, voltamos ao passado. Invadiram nossas terras e o meu povo foi assassinado. Queimaram crianças e o medo foi instaurado. Nossos direitos foram revogados e diante disso eu vejo o mundo calado”. Confira trechos da entrevista:

ALDEIA E PERIFERIA – “O jovem indígena de uma aldeia e um jovem negro da periferia sofrem preconceitos diferentes. Contra o

negro, é por causa da cor da pele. O jovem indígena, quando vai na cidade é discriminado porque acham que ele não sabe nada, não tem religião, nem deus, e que o índio é atrasado. Mesmo quando ele tem estudo e se apresenta bem vestido, falando bem o português é discriminado: falam que esse indígena perdeu sua cultura”.

IDENTIDADE – “Hoje eu sou conhecido em muitos lugares do Brasil, principalmente nas aldeias indígenas guarani e de outros povos. Fico muito feliz porque as minhas músicas, a mensagem que eu levo, são muito importantes para a sociedade, porque a letra é de protesto, de luta, e também tem uma força que conscientiza as pessoas que os indígenas são povos que sofrem e precisam de terras pra viver. Nós, indígenas, lutamos muito para demarcar nossas terras para que nossas crianças sejam felizes. A gente luta para preservar nossa cultura, nossa língua, que pra nós são muito importantes. Uma cultura antiga, milenar dessa terra”.

PROTESTO NA COPA – “A gente foi pra representar os povos indígenas. Eu ia soltar a pomba, representando a paz. Junto tinha uma menina negra, um menino branco e um indígena, que era eu. Liderança aqui da aldeia teve a ideia de algum de nós fazer um protesto. Tinha uma faixa escrito ‘Demarcação já’. A gente foi com a faixa escondida, porque aquilo era um protesto que não tava previsto e eles não iam gostar. A gente entrou no campo e tava nas minhas mãos soltar aquela faixa. Eu tava com medo, mesmo assim mostrei pra todo mundo. O pessoal aplaudiu. Fiquei muito feliz, só que o meu coração tava muito acelerado. Eles me tomaram a faixa, só que não precisava mais, já tinha mostrado, em questão de

segundos. Voltamos pra aldeia. Meu pai achou estranho porque na tevê não tinham mostrado. No outro dia ‘veio’ muitos jornalistas de fora do Brasil, querendo saber sobre o protesto. Todos jornalistas europeus. Nenhuma mídia brasileira teve interesse”.

MULTIMÍDIA – “Esse videoclipe é muito bom porque é uma música que eu canto só em guarani com legenda em português. Hoje tenho vários cliques no *Youtube*, várias músicas nas plataformas digitais, documentários. O primeiro álbum foi *Meu sangue é vermelho, matéria rima* e o segundo *Todo dia é dia do índio*”.

RIMA E LUTA – “Quando comecei a cantar *rap* muita gente me criticou, até mesmo indígenas falaram que isso não podia, só que fui mostrando que o *rap* é uma arte, assim como a literatura nativa que eu faço pra preservar nossas histórias indígenas. Escrevo *rap* pra defender meu povo. Eu já gostava dos Brô MCs, primeiro grupo de *rap* indígena do Brasil. Eu tava lendo um livro do meu pai chamado *500 anos de angústia* (Ed. Scortecci, 2019) em 2013 e decidi escrever também, poesias, depois decidi cantar essas poesias e ficou muito bom, ficou da hora né? Quando fui ver, era *rap*, porque tinha muitas rimas e também eram letras de luta, de defesa dos povos indígenas. Decidi cantar *rap* e me apelidei de Kunumi MC, Kunumi significa jovem”.

NARRATIVA – “Pra mim todos os meus *rap* são muito fortes, todos são importantes, porque cada música fala de um jeito diferente. Eu fiz uma parceria com Criolo, gravei uma música junto com ele, que se chama *Terra, ar, mar*. Ele já tinha contato com os indígenas e ficou muito feliz por ter me conhecido. E eu também. Falando da demarcação. A primeira coisa

que a sociedade tem que entender pra respeitar os povos indígenas é que nós também somos gente, somos seres humanos. A gente também sofre. Por isso eu digo que é importante meu *rap* chegar aos ouvidos dos não indígenas, para que eles entendam o que eu estou falando, a luta que eu estou fazendo, a causa em defesa do meu povo indígena”.

MEDO – “Muita coisa me assusta no Brasil, mas no momento, o que mais me assusta é a chegada do coronavírus, que pode pegar todo mundo. Nós estamos mais tranquilos, porque vivemos na natureza, mas também não podemos nos descuidar. A gente tem que respeitar a natureza, porque pertencemos a ela. E hoje vemos a consequência”.

DEMARCAÇÃO – “Todos os indígenas acreditam muito que a natureza tem vida. Hoje a gente tá tentando demarcar as terras indígenas pra viver, mas pra natureza poder viver também. O não indígena, quando tem uma pequena área, ele destrói toda a mata. Numa aldeia indígena a gente não tem coragem de matar, destruir, derrubar árvores, principalmente pra progredir com isso. A gente vive tranquilo na natureza, então isso é progredir, não derrubar árvores pra vender madeira. A demarcação é importante para garantir nosso território e a gente acredita que pode salvar a natureza. O aquecimento global tá acontecendo porque tem pouca floresta no mundo”.

AMEAÇAS – “Recebemos muitas ameaças, principalmente dos políticos. A gente vive com medo dos ruralistas e de outros grupos, temos medo, porque a nossa terra pode ser roubada, como já foi muito roubada. Hoje tentamos demarcar apenas uma pequena área pra poder viver”.



Com esse distanciamento, a gente nunca esteve tão perto

WWW.SINPRORS.ORG.BR

DIREITOS

SAÚDE

SERVIÇOS

NOTÍCIAS

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão



FRAGA

Ministeriáveis

A quarentena reduz opções: moletom ou pijama? Livro ou filme? Comida congelada ou delivery? Tédio ou monotonia? Não se queixe: no Palalto do Planácio a coisa é mais dramática. Imagine ter de escolher novo ministro todo mês. O problema nem é decidir entre idiotas com estudo ou estudiosos com idiotia. Já não há método seguro pra indicações. Avalie você mesmo.

Globo terraplanista. Entram, a cada vez, 99 candidatos num salão. Espalhados sobre balcões, mesinhas e prateleiras, trocentos globos terrestres. Todos os tamanhos, materiais, aparências. O teste é reconhecer o mais apto através das reações diante dos globos. Imitar Chaplin em O Grande Ditador conta pontos. Rearranjar tudo por escalas revela dons. Colorir os mapas com giz de cera impressiona. Mas dar murro e achatar um por um como pizzas geopolíticas, esse é o cara da vez.

Sorteio. Sabe a megasena? Em vez de números, porém, as bolinhas têm nomes, prenomes, sobrenomes, às vezes, pra selecionar com maior rigor, até apelidos. Cheias, as gaiolas giram e de cada uma caem, ao acaso, as bolinhas que vão formar a identidade do aguardado ministro. Dá um trabalhão encontrar alguém que corresponda à seleção aleatória. Mas o IBGE jura que há 69,17% de chances.

Adivinhações. É a metodologia mais parecida com o atual governo: vem abalizada pelos costumes medievais de prever o futuro. As variantes mais apreciadas são as leituras em elementos da natureza: folhas de chá ou borra de café no fundo de xícaras; tripas de carneiros ou cabritos. O problema com os animais é que quando um deles argumenta contra o sacrifício acaba sendo cogitado pra vaga, e aí tem que começar a seleção de novo. Cartas de tarô e horóscopo também são consultados mas há preconceito: são considerados científicos demais.

Outros. Agulha no palheiro: os candidatos entram num salão onde há montículos de palhas com agulhas ocultas. Quem encontrar no menor tempo é o escolhido. Dardos em páginas de guia telefônico: um dos sistemas mais isentos. Pena que a telefonia digital tornou obsoleto. Par ou ímpar: disputa por chaves, como numa copa do mundo. O vencedor ganha a pasta. Etc.

CV. Decidir pela formação, capacidade e experiência é, ainda, um dos mais radicais recursos para escolher ministro. Quando nada mais define, não há outro jeito: vale o que constar no currículo do sujeito. Seja um CV fake ou falso, há lisura na escolha: os candidatos são julgados por seu alto nível de falsidade, invencionice ou apropriações de lattes alheios. Para moralizar as indicações, em breve o termo currículo será substituído. Teremos o bundículo vitae.

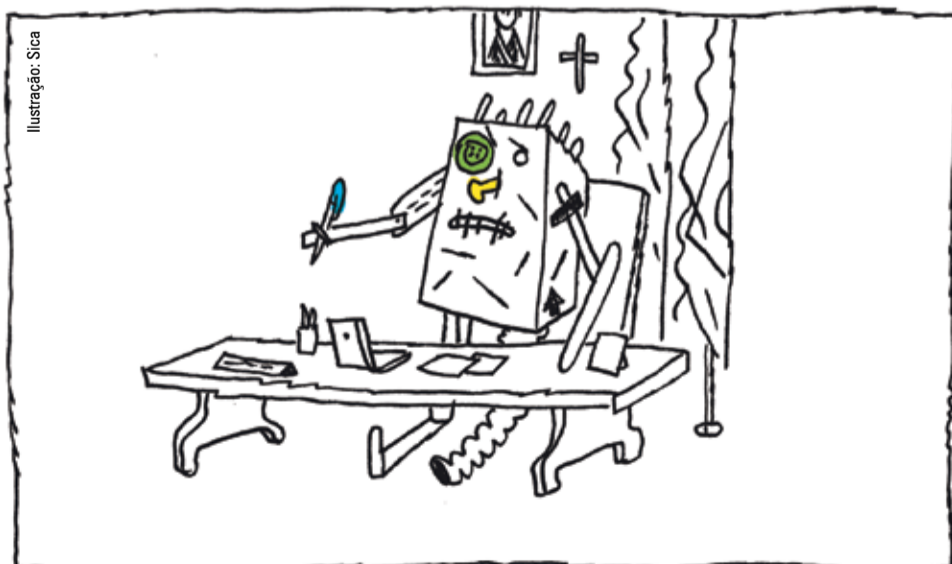


Ilustração: Sica



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

Confira a agenda cultural completa em ecarta.org.br.

SHOWS VIRTUAIS

Ao vivo pelo Youtube | 18h

8/8 – Udi Fagundes apresenta o acústico *Latin Africa Brasil*.



Foto: Pia Boix

22/8 – Pablo Vares apresenta *La Fragua*.



Foto: Carol Beiriz

ARTES VISUAIS

Porto Alegre

11/8 – Abertura do 1º Festival Internacional de Videodança.



Fotos: Reprodução/Divulgação

CONVERSA DE PROFESSOR VIRTUAL

Inscrição gratuita | 19h

13/8 – Paulo Focchi aborda *Possibilidades pedagógicas para pensar BNCC na educação infantil*.



Fotos: Reprodução/Divulgação

20/8 – Carina Pfaffenseller aborda *Alfabetização e letramento: possibilidades no(s) contexto(s) da pandemia*.



27/8 – Michele Poletto aborda *A educação infantil, a era digital e as tecnologias*.





VERISSIMO

Retratações

Se um Ministério da Saúde abandonado no meio de uma pandemia à sua própria sorte, ou à sorte dos seus próprios militares, representa alguma coisa, é a grande culpa da elite brasileira por tudo o que ela deixou de fazer através da nossa história e pelo que nunca se retratou



O vice-presidente Hamilton Mourão, comentando a declaração do Gilmar Mendes sobre o envolvimento dos militares no que, a cada nova contagem de mortos pelo coronavírus, mais se parece com um genocídio, disse que se Mendes tivesse grandeza moral deveria se retratar. Entende-se a reação dos militares à declaração do ministro do STF, que se referia ao fato de o Ministério da Saúde estar ocupado de cima a baixo por militares, que, presume-se, pouco entendem do assunto, mas estão na linha de frente contra a peste mortal assim mesmo. Já na guerra de palavras entre Forças Armadas e um ministro do Supremo, talvez o problema esteja na escolha das palavras. Ninguém gosta de ser chamado de cúmplice de um massacre, Gilmar. E, Mourão, antes de reclamar da falta de grandeza moral de alguém, lembre-se que jamais se ouviu qualquer tipo de autocritica das Forças Armadas brasileiras pelos desmandos da ditadura.

Mas esse negócio de retratação é complicado. Quem deveria se retratar pela inação do Ministério da Saúde é quem demitiu um ministro

que parecia competente e outro que até hoje não sabe o que lhe aconteceu e no fim chamou um militar para comandar outros militares, num processo de simplificação – quando em dúvida, chame um general – que tem norteado, se é que cabe o termo para descrevê-lo, um governo perdido. Quem deve se retratar é Bolsonaro & Filhos. Mas espera lá. Quem foi que os elegeru? A culpa é da tal democracia, que inventaram quando a monarquia ia tão bem e dava bailes tão bonitos? A culpa é da República? A culpa é dos portugueses? Tinham que descobrir o Brasil, logo o Brasil?

Se um Ministério da Saúde abandonado no meio de uma pandemia à sua própria sorte, ou à sorte dos seus próprios militares, representa alguma coisa, é a grande culpa da elite brasileira por tudo o que ela deixou de fazer através da nossa história e pelo que nunca se retratou. Você não constrói a sociedade mais desigual do mundo sem que isto seja uma obra de anos, deliberada, com a notória ausência de qualquer tipo de grandeza moral

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES





Em meio a tantas notícias ruins, nos ajude a dar uma boa notícia para quem mais precisa

Contribua com qualquer valor para a campanha *Professores Solidários* e vamos ajudar prioritariamente as professoras da educação infantil que perderam seus empregos. Os recursos arrecadados serão convertidos em cestas básicas e destinados para as nossas colegas que estão passando por esse momento tão difícil. Para contribuir é simples, basta acessar www.vakinha.com.br/professoressolidarios-2 ou depositar na conta criada exclusivamente para a Campanha no *Banco Banrisul*, agência 0100, conta corrente 06.2530242-2, CNPJ 92.948.389/0001-10, Sinpro/RS.

Juntos vamos dar mais uma aula de cidadania

 Professores
SOLIDÁRIOS
Sinpro/RS - Sindicato Cidadão

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão